



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
CNPJ 77.774.867/000129

Ofício nº 287/2016

Mangueirinha-Pr, 29 de Junho 2016.

No âmbito do programa minha casa, minha vida II pra municípios com população de até 50.000 (cinquenta mil) habitantes, venho solicitar a substituição do seguinte beneficiária:

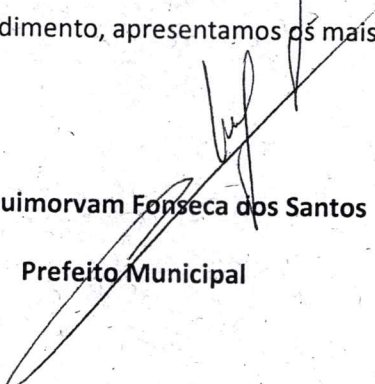
NOME	NIS	CPF	MOTIVO
Solange Rodrigues dos Santos	13080108522	073.662.129-62	Desistência formal

Pra substituir este beneficiário supracitado, este município de Mangueirinha-Pr, na qualidade de proponente indica a seguinte candidata para que possam ser analisados, e caso o resultado seja favorável, para que assine no momento oportuno o contrato individual do beneficiário:

NOME	NIS	CPF
Soili Fatima Fernandes dos Reis	12774883514	037.147.079-05

Anexo a este ofício, segue os termos de desistência de Solange Rodrigues dos Santos, bem como copia dos documentos pessoais da candidata substituta.

Na expectativa do melhor atendimento, apresentamos os mais elevados votos de estima e consideração.

  
Albari Guimorvam Fonseca dos Santos  
Prefeito Municipal

Ilmo. Sr.

Alzimiro Thomé

Diretor Presidente – CENTRAL CRESOL BASE

RUA Nossa Senhora da Gloria, 52ª

Francisco Beltrao – PR

CEP 85604-090

**CRESOL BASER**  
**01.401.771/0001-53**  
Rua N. Senhora da Glória 52-A B. Congo  
CEP 85604-090 Francisco Beltrao PR  
Fone/Fax (46) 3520-1901

*Adriana Alves*  
04/07/16

430  
908





## Departamento de Habitação de Interesse Social

Of. n.º 91/23

Mangueirinha, 19 de julho de 2023.

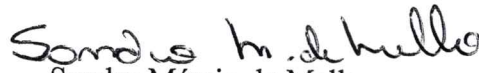
Cresol Mangueirinha

Ilmo. Sr. Fabiano Calgaro.

Ref.: Solicitação;

Cumprimentando-o (a) cordialmente, solicitar a V. S<sup>a</sup>, documentação necessária e retorno do protocolo de 04 de julho de 2016 do Município de Mangueirinha a Central Cresol Baser para encaminhamento ao Legislativo Municipal de Mangueirinha, onde serão adotadas medidas de transferência definitiva do referido imóvel com documentação em nome do atual morador. A residência foi edificada com recursos do Programa Minha casa Minha Vida - PMCMV em parceria com Município de Mangueirinha, Central Cresol Baser e Cohapar, isso se faz necessário uma vez que os moradores e a moradora atual desta respectiva solicitação já cumpriram o prazo legal, e o protocolo de substituição da época não obteve retorno, uma vez que foram cumprido o requisitos legais para a substituição da beneficiária atual. Em anexo desistência formal e contrato da antiga beneficiária.

Sendo que tínhamos para o momento, nos colocamos a disposição para esclarecimento de quaisquer dúvidas.

  
Sandro Márcio de Mello

Dir. Dep. de Habitação de Int. Social.



**AO DEPARTAMENTO DE HABILITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL**  
**A/C Sandro Márcio de Mello**

**Ref.:** Resposta ao Ofício nº 91/2023

**A COOPERATIVA DE CRÉDITO E INVESTIMENTO COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA UNIÃO - CRESOL UNIÃO**, pessoa jurídica de direito privado especial na forma de cooperativa, com CNPJ 02.446.089/0001-40, com sede na Rua Dr Ubaldino do Amaral, nº 460 - 1º Andar, Centro, Coronel Vivida/PR, CEP 85.550-000, essa Cooperativa Singular da Agência de Mangueirinha, neste ato representada por sua Diretora Administrativa Sylvania Pizzatto Schiavini, apresentar **RESPOSTA**, na forma que segue:

Esta Cooperativa foi oficiada para que encaminhasse documentação que comprove a definitiva alteração da documentação do imóvel para a atual moradora, qual seja, Senhora Soeli Fatima Fernandes dos Reis.

Diante disso, informa-se que houve diligência perante o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional momento em que fora disponibilizado o documento em anexo, o qual comprova a substituição da propriedade do imóvel da Senhora Solange Rodrigues dos Santos para a Senhora Soeli Fatima Fernandes dos Reis.

Sendo essas as informações a serem prestadas, qualquer dúvida, permanecemos à disposição.

Coronel Vivida/PR., 11 de agosto de 2023.



**Sylvania Pizzatto Schiavini**  
Diretora Administrativa



# SOELI FATIMA FERNANDES DOS REIS

003683.01.03/2011-51 CRESOL BASER Mangueirinha / PR

Entregue

## Dados do Beneficiário

ID	NIS	CPF	Genero	Estado Civil	Data Nascimento
71825	12774883514	03714707905	Feminino	Solteiro(a)	01/03/1979

## Dados do Contrato

UF	Município	Protocolo	Oferta	IF
PR	Mangueirinha	003683.01.03/2011-51	2012	CRESOL BASER
% Obra	Situação	Valor Subvenção da UH	Valor Remuneracao	
100	Entregue	25.000,00	1.160,00	

## Pagamentos realizados

Nota	Data de Geração	Valor Subvenção	Valor Remuneração
0973/2013	17/01/2013	3.750,00 (15%)	696,00 (60%)
1225/2013	11/04/2013	6.250,00 (25%)	0,00
1738/2014	27/02/2014	6.250,00 (25%)	0,00
2239/2014	23/12/2014	6.250,00 (25%)	0,00
0219/2017	07/12/2017	2.500,00 (10%)	464,00 (40%)
Total		25.000,00 (100%)	1.160,00 (100%)

## Substituições

NIS Substituído	CPF Substituído	Nome do Substituído	Data Substituição
13080108522	07366212962	SOLANGE RODRIGUES DOS SANTOS	02/01/2017

Imprimir

Voltar

433  
OK





**PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA – PMCMV  
PARA MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO LIMITADA A 50.000 HABITANTES**

**CONTRATO INDIVIDUAL DO BENEFICIÁRIO – CIB Nº 992107-9**

Por este Instrumento Particular, por esta e na melhor forma de direito, com supedâneo no inciso III do artigo 2º, artigo 6º B da lei n.º 11.977 de 07 de julho de 2009, regulamentada pelo Decreto 7.499 de 16 de junho de 2011, na Portaria Interministerial n.º 152, de 09.04.2012 dos Ministérios de Estado da Fazenda, do Planejamento, Orçamento e Gestão e das Cidades e também das Portarias n.º 547 de 28 de novembro de 2011, n.º 228 de 28 de maio de 2012, n.º 235 de 01 de junho de 2012 e n.º 610, de 26 de dezembro de 2011, todas do Ministério de Estado das Cidades e considerando o quanto pactuado no **Termo de Acordo e Compromisso – TAC**, que a este se vincula e está jungido, firmado entre o(s) ente(s) público(s) e a instituição financeira/agente financeiro, para repasse da subvenção federal a ser concedida pela União, nos termos da legislação de regência do PMCMV e pelas contrapartidas estaduais e municipais a serem aportadas nos termos nele avençados, as partes qualificadas no Anexo I – Quadro Resumo convencionam o quanto estabelecido nas CLÁUSULAS abaixo, que mutuamente se outorgam, a saber:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

**1.1 Vínculo com o Anexo I – Quadro Resumo do instrumento particular.**

Estas cláusulas são complementares pelos elementos e dados individuais constantes no Anexo I – Quadro Resumo, compondo, para todos os fins, um único instrumento.

§ 1º - As partes contratantes declaram, expressamente, terem pleno conhecimento da legislação de regência do PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA – PMCMV, especialmente a aplicável aos municípios com população limitada a 50.000(cinquenta mil) habitantes e os beneficiários com renda familiar de até R\$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais).

§ 2º - A assinatura do beneficiário ou sua impressão digital, se analfabeto, acompanhada, neste último caso, da assinatura do rogante por ele indicado e devidamente qualificado na “Declaração de Analfabeto”, que é parte integrante do dossiê do beneficiário, ambas apostas no Anexo I – Quadro Resumo, que deste faz parte integrante e inseparável, significará sua plena ciência e concordância com estas condições e com os dados ali constantes.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS PARTES CONTRATANTES.**

**2.1 Constituem partes deste negócio jurídico:**

**2.1.1 PODER PÚBLICO, designado MUNICÍPIO.**

**2.1.2 BENEFICIÁRIO(A)** e, havendo, seu cônjuge ou companheiro(a), assim designada a pessoa física selecionada, pelo **MUNICÍPIO**, enquadrada nos requisitos estabelecidos na Portaria n.º 547/2011, Anexo I, item 4, e Portaria n.º 610/2011, ambas do Ministério de Estado das Cidades destinatária da unidade habitacional objeto do repasse da subvenção econômica, concedida pela União, Estados e Municípios no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida. De acordo com o item 4.1 do anexo I da Portaria nº 547/2011 supracitada, é vedada a participação no Programa de pessoas físicas que:

a) tenham sido beneficiadas, a qualquer época, com subsídios oriundos dos recursos orçamentários da União ou de descontos habitacionais concedidos com recursos do FGTS, excetuadas as subvenções ou descontos destinados à aquisição material de construção, para fins de conclusão, ampliação, reforma ou melhoria de unidade habitacional;

*Suzana*  
*Diogo*

b) sejam detentoras de financiamento imobiliário ativo em qualquer localidade do território nacional; ou

c) sejam proprietárias, cessionárias, arrendatárias dos programas do Governo Federal ou promitentes compradoras de imóvel residencial urbano ou rural.

**2.1.3 RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO**, assim designado a empresa construtora ou cooperativa ou profissional registrado no CREA, ora contratado(a) pelo **BENEFICIÁRIO**, para edificação da unidade habitacional de cunho social a ele destinada, descrita no item "f" do Anexo I – Quadro Resumo.

**2.1.4 INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**, devidamente autorizado pelo Banco Central do Brasil – BACEN e Ministério de Estado das Cidades a participar da operação de repasse dos recursos concedidos pela União, a título de Subvenção Econômica, na oferta pública homologada em 01 de Junho de 2012, pela portaria n.º 235/2012 do Ministério de Estado das Cidades, doravante denominada simplesmente **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**.

**2.1.5 COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ – COHAPAR**, doravante simplesmente denominado **ENTIDADE ORGANIZADORA**.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1 Constituem objeto do presente:

3.1.1 a contratação de **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO**, pelo **BENEFICIÁRIO**, para construção de unidade habitacional de cunho social, mencionada no item "f" do Anexo I – Quadro Resumo, dentro dos padrões estabelecidos pela legislação de regência do Programa Minha Casa Minha Vida, do Ministério das Cidades, com recursos advindo de cotas de subvenção econômica concedidas pela União;

3.1.2 as condições e procedimentos para o repasse, pela **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO** desses recursos federais, bem como das contrapartidas aportadas pelo **MUNICÍPIO** e pela **ENTIDADE ORGANIZADORA**, e as demais obrigações das partes contratantes.

### CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

4.1 O valor da operação é composto da somatória dos valores que compõe o investimento discriminados nos itens "h.1" a "h.9" do Anexo I – Quadro Resumo.

**4.1.1 Contrapartida** – a ser integralizada, pelo **MUNICÍPIO**, nas formas discriminadas nos itens "i.3" e "i.4" do Anexo I – Quadro Resumo, como condição prévia ao repasse mencionado no item "i.6" – **subvenção federal** do mesmo anexo.

Obs.: Somente este item poderá ser inserido o valor do terreno, correspondente ao de aquisição, desapropriação ou avaliação, acrescido das correspondentes despesas de legalização;

**4.1.2 Subvenção econômica federal** – recursos financeiros, no montante de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), apresentado no item "i.6" do Anexo I – Quadro Resumo, concedidos pela União e repassados, pela **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**, desde que efetivamente recebidos do Ministério das Cidades, de acordo com a legislação de regência do PMCMV e o cronograma físico financeiro da obra, que deste faz parte integrante (anexo2).

§1º - O **BENEFICIÁRIO** está ciente e concorda que os valores mencionados nos itens "i.2", "i.4" e "i.6" desta cláusula sejam repassados, pela **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**, diretamente à (ao) **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO**, por ele escolhida(o) e contratada(o).

### CLÁUSULA QUINTA – DA CONTRAPARTIDA

Suzana  
Largo

O **MUNICÍPIO** se compromete aportar contrapartida, que poderá ser integralizada, alternativa ou cumulativamente;

a) Por bens e serviços economicamente mensuráveis, autorizados pelo Poder Legislativo e devidamente avaliados e comprovados pelo **MUNICÍPIO**, através de documentação pertinente, conforme itens "h.1" a "h.7" e "h.9" do Anexo I – Quadro Resumo deste instrumento.

b) Por recursos financeiros discriminados nos itens "i.3 e i.4" do Anexo I – Quadro Resumo deste instrumento, que serão depositados em conta corrente da **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**, na forma e prazos avençados entre esta e o **MUNICÍPIO** previamente, no Termo de Acordo e Compromisso firmado entre ambos.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA COMPOSIÇÃO DO INVESTIMENTO

6.1 A composição do investimento, evidenciada na alínea "h" e subitens respectivos do Anexo I – Quadro Resumo, corresponde aos custos individuais das obras e serviços necessários à edificação da unidade habitacional contratada, estabelecidos no projeto de engenharia e memorial descritivo.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR TOTAL DO INVESTIMENTO

O valor total de investimento, descrito na alínea "i.7" é composto pela somatória dos valores dos aportes de contrapartida financeira e bens e serviços, pelo **MUNICÍPIO** e pela **ENTIDADE ORGANIZADORA**, acrescido da subvenção federal.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO DA(O) RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO

Neste ato, o **BENEFICIÁRIO** contrata a(o) **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO**, qualificada(o) no item "d" do Anexo I – Quadro Resumo, para proceder a edificação da unidade habitacional, descrita no item "f" do Anexo I – Quadro Resumo deste instrumento, a ele destinada, pelo **regime de empreitada global, a preço fechado** descrito no item "h.8" do Anexo I – Quadro Resumo.

§1º - A(O) **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO** manifesta sua expressa ciência e concordância com o fato de que não caberão, em hipótese alguma, quaisquer acréscimos a revisões do preço ora acordado ou reajustes sobre os valores pagos ou a vencer, a que título for.

§2º - A(O) **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO**, na qualidade de responsável técnica(o) pela execução da obra e suas respectivas garantias inclusive, nos termos do artigo 618 do Código Civil, e a **ENTIDADE ORGANIZADORA** – esta, na qualidade de Agente fiscalizadora e responsável solidário – isentam a **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO** de qualquer responsabilidade advinda da execução da obra e da edificação, presente ou futura, bem como por eventuais defeitos constatados nas edificações, qualquer que seja o motivo e/ou a origem, durante e após sua construção.

#### CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA(O) RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO

Para a consecução do objeto deste Instrumento, obriga-se a(o) **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO** a:

- I. Iniciar as obras aqui compromissadas em até 90 (noventa) dias contados da emissão de sua autorização pela **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**.
- II. Obedecer às condições de habitabilidade, salubridade e padrão de qualidade, descritas nas normas editadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e afins.
- III. Fornecer, à **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO** e à **ENTIDADE ORGANIZADORA**, cadastro técnico completo da(o) **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO** e dos profissionais responsáveis pela execução da obra, bem como

Suzana  
Juaze

436  
90A

- cadastro financeiro e técnico que certifiquem ser a(o) **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO** habilitada(o) técnica e financeiramente para execução das obras de edificação.
- IV. Observar, com rigor, os prazos estabelecidos no cronograma físico-financeiro da obra, que deste faz parte integrante (anexo 2), sob pena de incorrer nas penalidades descritas na cláusula dez.
- V. Emitir nota fiscal em nome do **BENEFICIÁRIO** a cada medição encaminhada à **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**, com vistas ao repasse da parcela dos recursos.
- VI. Apresentar quando exigido pela **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO** e pela **ENTIDADE ORGANIZADORA**, as vias de recolhimento dos tributos relativos à Nota Fiscal emitida em razão da medição anterior.
- VII. Apresentar em conjunto com o **ENTIDADE ORGANIZADORA**, em até 30(trinta) dias contados do término da construção, demonstrativo de evolução física e declaração de conclusão da obra, acompanhada da foto digital, de forma a comprovar individualmente a execução da totalidade das obras, para a liberação da última parcela dos recursos.
- VIII. Enviar, sempre que solicitado, por mensagem eletrônica (e-mail) ou por qualquer outro meio a exclusivo critério da **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO** e da **ENTIDADE ORGANIZADORA**, relatório de andamento da obra, conforme *layout*, fornecido pela **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO** em conjunto com a **ENTIDADE ORGANIZADORA**, no qual informará os serviços prestados no período, quantidade de funcionários alocados no canteiro de obras, ocorrências e quaisquer outros dados considerados relevantes.
- IX. Observar a legislação trabalhista e previdenciária em vigor, em suas relações com o quadro de operários contratados, para a execução da obra, ficando a **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**, **ENTIDADE ORGANIZADORA** e **MUNICÍPIO** isentos de qualquer responsabilidade a esse título, obrigando-se, ainda, caso a **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**, seus prepostos ou seus parceiros comerciais sejam demandados por qualquer motivo a que tenham dado causa, a requerer, imediatamente, a substituição processual, arcando com todo e qualquer prejuízo que a **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**, seus prepostos ou parceiros comerciais venham a ter, a que título for.
- X. Manter e conservar, em conjunto com o **MUNICÍPIO**, em local visível, preferencialmente no acesso principal da obra, placa indicativa da origem e destinação dos recursos, mantendo-a durante todo o período de execução das obras, conforme orientação contida no "Manual Visual de Placas de Obras" do Governo Federal, de acordo com a disposição contida no item 16.1 do Anexo I da Portaria Interministerial nº 484/2009, dos Ministérios das Cidades e da fazenda, sob pena de, não o fazendo, responsabilizar-se integralmente por todos os prejuízos advindos do descumprimento da determinação.

§1º - A **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO** e a **ENTIDADE ORGANIZADORA** não poderão ser responsabilizados por quaisquer fatos ou atos que venham a comprometer o andamento, a execução e/ou a qualidade das obras, inclusive as decorrentes das relações de trabalho existentes entre a construtora e a mão de obra por ela empregada para a execução das obras contratadas pelos beneficiários, incluindo encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e quaisquer outros a ela relativos.

§2º - É necessário que cada relatório de medição da obra seja realizado individualmente, para cada unidade habitacional, no modelo fornecido pela **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO** sendo cada relatório devidamente ilustrado com fotos digitais datadas e com as unidades identificadas, de modo que seja possível visualizar o estágio e a evolução das obras.

Suzana  
Tiago



§3º - A última parcela prevista no cronograma físico-financeiro de obras, que deste faz integrante, somente será repassada à construtora, pela **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**, após a efetiva conclusão da obra e entrega das chaves ao beneficiário, cuja comprovação se dará por meio da emissão do "TERMO DE RECEBIMENTO DA OBRA", firmado pelas partes interessadas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES AO RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO**

O não cumprimento de quaisquer das obrigações assumidas neste instrumento, pelo **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO**, implicará na sua rescisão automática e sua substituição imediata, sem prejuízo da imposição de pena de multa de 10%(dez por cento) sobre os valores recebidos, corrigidos monetariamente e com a aplicação de juros de 12% a.a. (doze por cento ao ano), sobre o valor apurado, sem prejuízo das perdas e danos causados.

#### **CLÁUSULA ONZE – DAS OBRIGAÇÕES DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**

A **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO** se compromete a:

- I. Repassar os recursos apontados nos itens "i.2","i.4" e "i.6" efetivamente recebidos do **MUNICÍPIO, ENTIDADE ORGANIZADORA** e da Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, sempre de acordo com a realização do cronograma físico-financeiro que é parte integrante deste Instrumento (anexo 2) e mediante solicitação da **ENTIDADE ORGANIZADORA**, acompanhado do relatório de medição de obras, elaborado por profissional inscrito no **CREA**.
- II. Proceder, inclusive por meio de seus correspondentes, quando julgar necessário, à vistoria das obras de construção da unidade habitacional, aqui contratada, sem que isso configure a assunção de qualquer responsabilidade a esse título.
- III. Incluir o **BENEFICIÁRIO** no Cadastro Nacional de Mutuários – CADMUT.

#### **CLÁUSULA DOZE – DAS OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ORGANIZADORA**

São obrigações da **ENTIDADE ORGANIZADORA**:

- I. Efetuar aporte de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por unidade habitacional, como contrapartida, conforme cronograma físico – financeiro que deste faz parte integrante (anexo 2);
- II. Auxiliar o **MUNICÍPIO** na redução do custo de implantação das redes de abastecimento de água e esgotamento sanitário junto a Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, bem como na elaboração dos respectivos projetos;
- III. Auxiliar o **MUNICÍPIO** na obtenção da redução de custo com o padrão de entrada de energia junto a COPEL, bem como na elaboração dos respectivos projetos;
- IV. Elaborar quando solicitado o projeto urbanístico e de implantação;
- V. Permitir a utilização pelo **MUNICÍPIO** dos seus projetos habitacionais padrões;
- VI. Orientar e fiscalizar a execução das moradias;
- VII. Para cumprimento de suas atribuições, a **ENTIDADE ORGANIZADORA** poderá formalizar termos de cooperação e convênios com terceiros;

*Suzana*  
*Liago*

- VIII. Coordenar, juntamente com os beneficiários, a constituição de Comissão de Acompanhamento de Obras, composta por 2 (dois) beneficiários titulares, 2 (dois) suplentes e 1 (um) representante do **MUNICÍPIO**.

#### **CLÁUSULA TREZE – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

Incumbe ao **MUNICÍPIO**:

- I. Desenvolver as atividades de planejamento, elaboração, implementação do empreendimento, regularização da documentação, organização de grupos, acompanhamento da contratação;
- II. Efetuar a infraestrutura do empreendimento, que constará de:
  - Vias de acesso em condições de tráfego de veículos;
  - Sistema de abastecimento de água;
  - Solução de esgotamento sanitário;
  - Energia elétrica e iluminação pública;
- III. Coordenar a participação de todos os envolvidos na execução do empreendimento, de forma a assegurar sincronia e harmonia na implementação do projeto;
- IV. Prestar assistência jurídico administrativa aos Beneficiários, apresentando as informações e esclarecimentos necessários à obtenção da Subvenção Econômica, suas condições e finalidade;
- V. Promover a legalização do empreendimento perante os órgãos competentes, notadamente no que diz respeito à averbação da construção e individualização das unidades, se for o caso, obrigando-se, inclusive, no que diz respeito às condições de habitabilidade;
- VI. Integralizar a contrapartida, através de recursos financeiros, bens ou serviços economicamente mensuráveis, descritos e pormenorizados nos itens "i.3" e "i.4" do Anexo I – Quadro Resumo;
- VII. Promover a regularização fundiária do imóvel ora contratado, e seu respectivo registro, nos termos das Seções I, II, III, IV e V, do capítulo III, da lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009 e na lei 10.257, de 10 de julho de 2001, sendo certo que a **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/ AGENTE FINANCEIRO** fica, desde já, isenta de qualquer responsabilidade a esse título;
- VIII. Responsabilizar-se, o **MUNICÍPIO** – seja ele ou não o proponente – pela segurança, guarda e manutenção das unidades habitacionais, até sua efetiva entrega ao beneficiário, tomando providências imediatas, ainda que junto ao Poder Judiciário, em caso de turbacão, invasão, esbulho, depredação, dentre outros atos ilícitos praticados por terceiros, para pronta solução dos eventos, indenizando os prejuízos a que sua inércia venha a dar causa;
- IX. Emitir o "habite-se ou documento equivalente, em até 30(trinta) dias contados de data de conclusão das obras;

#### **CLÁUSULA QUATORZE – DAS OBRIGAÇÕES DO BENEFICIÁRIO:**

O **BENEFICIÁRIO** se compromete a:

- I. Apresentar os documentos solicitados.
- II. Participar de reunião com os demais selecionados, a ser promovida pelo **MUNICÍPIO**, com a finalidade exclusiva de constituir a "**COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS**", composta de no mínimo dois membros titulares e dois membros suplentes

*Suzane*  
*João*

*439*  
*João*

indicados pelos beneficiários e um membro indicado pelo **MUNICÍPIO**, para a seleção da(o) **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO**.

- III. Participar das Assembleias de beneficiários, para tratar dos assuntos inerentes ao PMCMV.
- IV. Comparecer, quando convocado(a), à vistoria de entrega do imóvel, assinando a Declaração de Entrega pertinente.

#### **CLÁUSULA QUINZE – DAS VEDAÇÕES AO BENEFICIÁRIO:**

É vedado ao **BENEFICIÁRIO**, na vigência deste pacto:

- a) Ceder, alienar ou arrendar, de qualquer forma, no todo ou em parte, o imóvel objeto deste contrato, ou os direitos e obrigações decorrentes deste instrumento;
- b) Constituir ônus reais sobre o imóvel objeto deste instrumento;
- c) Deixar de apresentar, quando solicitado pelo **MUNICÍPIO**, recibos de pagamento dos tributos e encargos que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel objeto deste instrumento;
- d) Cometer falsidade em qualquer declaração feita perante o **MUNICÍPIO, ENTIDADE ORGANIZADORA** ou a **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**, notadamente as efetuadas para sua inclusão no PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA.

#### **CLÁUSULA DEZESSEIS – DA OUTORGA DO MANDATO**

Em caso de desídia, inexecução parcial ou total ou má prestação de serviços por parte da(o) **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO**, qualificada(o) no item "d" do Anexo I – Quadro Resumo, o **BENEFICIÁRIO** nomeia a **ENTIDADE ORGANIZADORA** sua procuradora, até a conclusão da obra, outorgando-lhe poderes para promover a substituição da(o) **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO**, no curso da obra, tantas vezes quantas forem necessárias para sua conclusão, sem que isso implique em qualquer tipo de repactuação ou qualquer ônus adicional para a **ENTIDADE ORGANIZADORA**.

#### **CLÁUSULA DEZESSETE – DAS DECLARAÇÕES**

Declara o **BENEFICIÁRIO** que:

- a) Responde, sob penas da lei, pela autenticidade dos documentos e veracidade das informações constantes no item "e" do Anexo I – Quadro Resumo, bem como das declarações firmadas e apresentadas para instrução do procedimento do Programa Minha Casa Minha Vida, estando ciente de que sua desconstituição implicará na rescisão automática deste Instrumento, exclusão do programa e acarretará na devolução da totalidade das subvenções concedidas destinadas à produção do imóvel, sob pena de inscrição na dívida ativa da União, sem prejuízo das penalidades previstas em lei.
- b) Sua renda familiar mensal não ultrapassa, no ato desta contratação, o valor de R\$1.600,00 (mil e seiscentos reais);
- c) Não é proprietário, cessionário, arrendatário, promitente comprador ou beneficiário de imóvel residencial em qualquer localidade do país, bem como não se beneficiou, a qualquer época com subsídios oriundos dos recursos orçamentários da União, ou com descontos habitacionais concedidos com recursos do FGTS, destinados a aquisição de unidade habitacional, exceto quando for o lote objeto de operação;

*Suzana*  
*[assinatura]*

- d) Tem pleno conhecimento do projeto e memorial contendo as características da unidade habitacional ora contratada;
- e) Está ciente de que, se der causa à ineficácia do presente (em caso de desistência, transferência de domicílio residencial, não localização, etc.), seu registro no CADMUT será mantido, ficando impedido de usufruir de benefícios análogos em outros programas federais de habitação.
- f) Todas as perguntas e dúvidas quanto ao objeto e condições do presente foram prévia e devidamente esclarecidas;

#### **CLÁUSULA DEZOITO – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS**

Desde que efetivamente recebida do Ministério das Cidades, da **ENTIDADE ORGANIZADORA** e do **MUNICÍPIO**, e condicionado ao efetivo cumprimento do estabelecido no *caput* desta cláusula, pelo **MUNICÍPIO**, a somatória dos recursos financeiros mencionados nas alíneas “i.2”, “i.4” e “i.6” do Anexo I – Quadro Resumo serão liberados, diretamente à empresa construtora ou a quem lhe faça as vezes, sempre de acordo com o cronograma físico-financeiro da obra.

§1º - Na forma do disposto no item 3.1.1 do Anexo I da Portaria Interministerial MP/MF/MCD n.º 152/2012, o pagamento da primeira parcela de subvenção econômica somente será realizada mediante comprovação expressa pelo **MUNICÍPIO**, de que o terreno para a construção das unidades habitacionais e a contrapartida por esse(s) oferecida(s), estão devidamente assegurados.

§2º - O **MUNICÍPIO** e a **ENTIDADE ORGANIZADORA** se comprometem a fiscalizarem a aplicação dos recursos mencionados no parágrafo anterior, de acordo com o cronograma físico-financeiro, devendo, para tanto, acompanharem todas as medições das obras realizadas e sempre manifestando concordância por escrito, a cada pedido de repasse de recursos à **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**.

§3º - A última parcela do cronograma físico-financeiro não poderá ser inferior a 10%(dez por cento) do valor da subvenção federal e será liberada somente após a apresentação da Declaração de Conclusão da Obra com foto e do respectivo “Termo de Recebimento da Unidade Habitacional”, devidamente assinado pelo beneficiário, pelo **MUNICÍPIO**, e pela **ENTIDADE ORGANIZADORA**.

§4º - Ocorrendo atraso no andamento da construção, os valores das parcelas poderão permanecer bloqueados, total ou parcialmente, até o cumprimento da etapa prevista, podendo ser exigida a revisão do cronograma físico-financeiro, visando sua readequação e/ou reescalamento das parcelas, hipótese em que o novo cronograma passará também a fazer parte integrante deste documento.

§5º - Detectada qualquer irregularidade nas obras, a **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO** somente efetuará a liberação dos recursos correspondentes, mediante a apresentação da prova da correção da ocorrência através de relatório específico, elaborado pela **ENTIDADE ORGANIZADORA** e endossado pela Comissão de Acompanhamento de Obras.

§6º - As liberações serão feitas, diretamente à empresa construtora, por meio de depósito em conta bancária, por ela aberta para essa finalidade específica, podendo a **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO** solicitar o extrato da referida conta, bem como todas as informações que se fizerem necessárias para o acompanhamento da correta aplicação dos recursos do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV.

§7º - Para as liberações previstas nesta cláusula, a Comissão de Acompanhamento de Obras deverá encaminhar solicitação à **ENTIDADE ORGANIZADORA**, que providenciará relatório de medição elaborado por profissional habilitado e regularmente inscrito no CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA – CREA, para que esta as solicite à **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**.

Suzana  
Lima

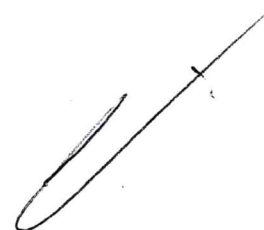




#### CLÁUSULA DEZENOVE – DISPOSIÇÕES GERAIS

PARÁGRAFO ÚNICO – Para as situações de reposições de unidades, compreendidas na modalidade isolada, o **MUNICÍPIO** e o **BENEFICIÁRIO** se comprometem com a demolição da unidade atual até o final da construção da nova unidade habitacional, sob pena, por parte do **BENEFICIÁRIO**, de ressarcimento do valor total do investimento da unidade habitacional, descrito na alínea “i7” do Anexo I – Quadro Resumo acrescido de 10% (dez por cento), atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC, a ser recolhida aos cofres da **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/ AGENTE FINANCEIRO**, para devolução ao Ministério das Cidades e à **ENTIDADE ORGANIZADORA**.

Nada mais havendo a tratar, firmam as partes o Anexo I – QUADRO RESUMO, que deste faz parte integrante para todos os efeitos legais.



*Suzana*  
*Diogo*

*442*  
*908*

**ANEXO I – QUADRO RESUMO – CONTRATO INDIVIDUAL DE BENEFICIÁRIO NO ÂMBITO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA**

a) **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO – Cooperativa Central De Crédito Rural Com Interação Solidária - CENTRAL CRESOL BASER**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.401.771/0001-53, sediada na Rua Nossa Senhora da Glória, 52 A – Bairro Cango, CEP 85.604-090 Francisco Beltrão, Estado do Paraná, neste ato representada na forma de seu Diretor Presidente, Sr. Vanderley Ziger, portador da cédula de identidade RG nº 4.178.812-7e inscrito no CPF sob nº 847.101.019-49 e pelo seu Diretor Financeiro, Sr. Alzimiro Thomé, portador da cédula de identidade RG nº 4.332.841-7e inscrito no CPF sob nº 589.434.559-68.

b) **MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA**, inscrito no CNPJ sob o n.º 77.774.867/0001-29, sediado na Praça Francisco de Assis Reis, 1060 - CEP 85540-000, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. Albari Guimorvan Fonseca dos Santos, portador da cédula de identidade RG nº 3.744.740-4/PR e inscrito no CPF/MF sob o n.º 545.849.579-91.

c) **ENTIDADE ORGANIZADORA- Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.592.807/0001 – 22, sediada na Rua Marechal Deodoro, 1133, Centro – Curitiba/PR – CEP 80060 – 010, neste ato representada na forma de seu Diretor Presidente, Sr. Mounir Chaowiche, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 2.082.899 – 4/PR e inscrito no CPF sob nº 394.463.109 – 97 e pelo seu Diretor de Programas e Obras, Sr. Luciano Valerio Bello Machado, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 2.158.649 – 8/PR e inscrito no CPF sob nº 435.041.169 – 00.

d) **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO – Incorporadora e Construtora Constrim Ltda – CONSTRIM ENGENHARIA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.422.838/0001 – 03 , com sede na Rua Professor Flaviano de Melo, nº 272, sala 3, Centro – Mogi das Cruzes/SP – CEP 08710-620, representada na forma de sua Sócia – Administradora, Sra. Sheila de Souza Cotrim, portadora da cédula de identidade RG nº 28.405.346 – 6 SSP/SP e inscrita no CPF sob nº 261.087.108 – 29.

e) **BENEFICIÁRIO(A)** – Suzana Barbosa, unida estavelmente, portador(a) do documento de identificação RG n.º 12.350.771-1 SSP/PR e inscrito(a) no CPF/MF sob o n.º 074.373.329-06; **CÔNJUGE** - Tiago Cuita, portador(a) do documento de identificação RG n.º 9.734.314-4 SSP/PR e inscrito(a) no CPF/MF sob o n.º 067.472.349-01.

f) **IMÓVEL OBJETO DESTES INSTRUMENTO** – Unidade Habitacional (isolada) discriminada no memorial descritivo, projeto arquitetônico e projetos complementares que fazem parte do dossiê técnico desta operação, pertencente ao (à) beneficiário(a) discriminado(a) no item “e” deste anexo.

g) **PRAZO PARA ENTREGA DA UNIDADE HABITACIONAL: 12 Meses**

h) **COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS (VALORES):**

i) **CONTRAPARTIDA**

h1. Terreno	R\$ 500,00	h6. Proteção, contenção e estabilização do solo	R\$ 100,00	i1. Contrapartida Bens/ Serv. (Estado)	R\$ 0,00
h2. Projeto	R\$ 0,00			i2. Contrapartida financeira (Estado)	R\$ 5.000,00
h3. Assistência Técnica	R\$ 0,00	h7. Infraestrutura	R\$ 200,00	i3. Contrapartida Bens/ Serv. (Município)	R\$ 1.000,00
h4. Terraplanagem	R\$ 100,00	h8. Edificação	R\$ 30.000,00	i4. Contrapartida financeira (Município)	R\$ 0,00
h5. Serviços Preliminares	R\$ 0,00	h9. Trabalho Social	R\$ 100,00	i5. Total da contrapartida	R\$ 6.000,00
				i6. Subvenção	R\$ 25.000,00
h10. Composição do Investimento (h1+h2+...+h9)			R\$ 31.000,00	i7. Valor Investimento Total (i5+i6)	R\$ 31.000,00

j) **DA OUTORGA DE MANDATO:** o(a) **BENEFICIÁRIO(A)** nomeia a **ENTIDADE ORGANIZADORA** sua procuradora, até a conclusão da obra, outorgando-lhe poderes, uma vez

Suzana  
Tiago

4438  
900

constatada das hipóteses mencionadas na cláusula dezesseis do instrumento principal para promover a substituição da(o) **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO**, durante sua execução, tantas vezes quantas forem necessárias para seu término, sem que isso implique em qualquer tipo de repactuação, responsabilidade ou qualquer ônus adicional para a **ENTIDADE ORGANIZADORA**.

1) **DO FORO**: Fica eleito o foro do imóvel para dirimir eventuais questões deste oriundas.

Por estarem justos e acordados, assinam o presente em 5(cinco) vias, de igual teor e para um só efeito, depois de lido e achado conforme, na presença das testemunhas abaixo:

Mangueirinha, 11 de dezembro de 2012

**COHAPAR**  
Companhia de Habitação do Paraná

  
MOUNIR CHAOWICHE  
DIRETOR PRESIDENTE

**MOUNIR CHAOWICHE**  
Diretor – Presidente da COHAPAR



**ALBARI GUIMORVAN FONSECA DOS SANTOS**  
Prefeito Municipal de MANGUEIRINHA

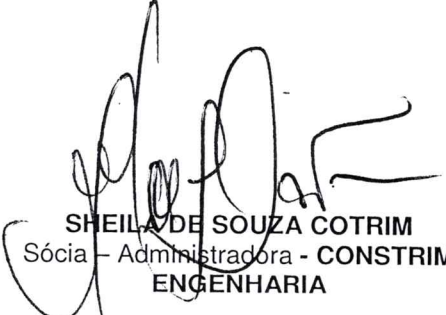
**COHAPAR**  
Companhia de Habitação do Paraná

  
LUCIANO VALERIO BELLO MACHADO  
DIRETOR DE PROGRAMAS E OBRAS

**LUCIANO VALERIO BELLO MACHADO**  
Diretor de Programas e Obras - COHAPAR

p. p/ dr.  
**VANDERLEY ZIGER**

Diretor – Presidente - CENTRAL CRESOL BASER



**SHEILA DE SOUZA COTRIM**  
Sócia – Administradora - CONSTRIM  
ENGENHARIA

p. p/ dr.  
**ALZIMIRO THOMÉ**  
Diretor – Financeiro - CENTRAL CRESOL BASER

*Diogo Suzana*

*Suzana Barbosa*  
**SUZANA BARBOSA**  
Beneficiário

*Tiago Cuita*  
**TIAGO CUITA**  
Cônjuge

*[Assinatura]*  
**TESTEMUNHA 1**  
NOME: *Felice de Mello*  
CPF: *067.472.389-90*

*[Assinatura]*  
**TESTEMUNHA 2**  
NOME: *Luizandra Duon*  
CPF: *052.376.879-02*

**ANEXO II – CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO DA OBRA**

Obra Desenvolvimento Físico	0%	15%	40%	65%	100%
Desembolso Financeiro Contrapartida - COHAPAR	R\$ 1.250,00	+ R\$ 1.250,00 R\$ 2.500,00	+ R\$ 1.250,00 R\$ 3.750,00	+ R\$ 1.250,00 R\$ 5.000,00	-
Desembolso Financeiro Contrapartida – Município	25%	+25% 50%	+25% 75%	+25% 100%	-
Desembolso Financeiro Subvenção Federal - MCidades	R\$ 3.750,00	+ R\$ 6.250,00 R\$ 10.000,00	+ R\$ 6.250,00 R\$ 16.250,00	+ R\$ 6.250,00 R\$ 22.500,00	+ R\$ 2.500,00 R\$ 25.000,00

**PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA – PMCMV  
PARA MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO LIMITADA A 50.000 HABITANTES**

**CONTRATO INDIVIDUAL DO BENEFICIÁRIO – CIB Nº 992127-3**

Por este Instrumento Particular, por esta e na melhor forma de direito, com supedâneo no inciso III do artigo 2º, artigo 6º B da lei n.º 11.977 de 07 de julho de 2009, regulamentada pelo Decreto 7.499 de 16 de junho de 2011, na Portaria Interministerial n.º 152, de 09.04.2012 dos Ministérios de Estado da Fazenda, do Planejamento, Orçamento e Gestão e das Cidades e também das Portarias n.º 547 de 28 de novembro de 2011, n.º 228 de 28 de maio de 2012, n.º 235 de 01 de junho de 2012 e n.º 610, de 26 de dezembro de 2011, todas do Ministério de Estado das Cidades e considerando o quanto pactuado no **Termo de Acordo e Compromisso – TAC**, que a este se vincula e está jungido, firmado entre o(s) ente(s) público(s) e a instituição financeira/agente financeiro, para repasse da subvenção federal a ser concedida pela União, nos termos da legislação de regência do PMCMV e pelas contrapartidas estaduais e municipais a serem aportadas nos termos nele avençados, as partes qualificadas no Anexo I – Quadro Resumo convencionam o quanto estabelecido nas CLÁUSULAS abaixo, que mutuamente se outorgam, a saber:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

**1.1 Vínculo com o Anexo I – Quadro Resumo do instrumento particular.**

Estas cláusulas são complementares pelos elementos e dados individuais constantes no Anexo I – Quadro Resumo, compondo, para todos os fins, um único instrumento.

§ 1º - As partes contratantes declaram, expressamente, terem pleno conhecimento da legislação de regência do PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA – PMCMV, especialmente a aplicável aos municípios com população limitada a 50.000(cinquenta mil) habitantes e os beneficiários com renda familiar de até R\$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais).

§ 2º - A assinatura do beneficiário ou sua impressão digital, se analfabeto, acompanhada, neste último caso, da assinatura do rogante por ele indicado e devidamente qualificado na “Declaração de Analfabeto”, que é parte integrante do dossiê do beneficiário, ambas apostas no Anexo I – Quadro Resumo, que deste faz parte integrante e inseparável, significará sua plena ciência e concordância com estas condições e com os dados ali constantes.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS PARTES CONTRATANTES.**

**2.1 Constituem partes deste negócio jurídico:**

**2.1.1 PODER PÚBLICO**, designado **MUNICÍPIO**.

**2.1.2 BENEFICIÁRIO(A)** e, havendo, seu cônjuge ou companheiro(a), assim designada a pessoa física selecionada, pelo **MUNICÍPIO**, enquadrada nos requisitos estabelecidos na Portaria n.º 547/2011, Anexo I, item 4, e Portaria n.º 610/2011, ambas do Ministério de Estado das Cidades destinatária da unidade habitacional objeto do repasse da subvenção econômica, concedida pela União, Estados e Municípios no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida. De acordo com o item 4.1 do anexo I da Portaria nº 547/2011 supracitada, é vedada a participação no Programa de pessoas físicas que:

a) tenham sido beneficiadas, a qualquer época, com subsídios oriundos dos recursos orçamentários da União ou de descontos habitacionais concedidos com recursos do FGTS, excetuadas as subvenções ou descontos destinados à aquisição material de construção, para fins de conclusão, ampliação, reforma ou melhoria de unidade habitacional;

b) sejam detentoras de financiamento imobiliário ativo em qualquer localidade do território nacional; ou

c) sejam proprietárias, cessionárias, arrendatárias dos programas do Governo Federal ou promitentes compradoras de imóvel residencial urbano ou rural.

**2.1.3 RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO**, assim designado a empresa construtora ou cooperativa ou profissional registrado no CREA, ora contratado(a) pelo **BENEFICIÁRIO**, para edificação da unidade habitacional de cunho social a ele destinada, descrita no item “f” do Anexo I – Quadro Resumo.

**2.1.4 INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**, devidamente autorizado pelo Banco Central do Brasil – BACEN e Ministério de Estado das Cidades a participar da operação de repasse dos recursos concedidos pela União, a título de Subvenção Econômica, na oferta pública homologada em 01 de Junho de 2012, pela portaria n.º 235/2012 do Ministério de Estado das Cidades, doravante denominada simplesmente **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**.

**2.1.5 COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ – COHAPAR**, doravante simplesmente denominado **ENTIDADE ORGANIZADORA**.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO**

**3.1** Constituem objeto do presente:

3.1.1 a contratação de **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO**, pelo **BENEFICIÁRIO**, para construção de unidade habitacional de cunho social, mencionada no item “f” do Anexo I – Quadro Resumo, dentro dos padrões estabelecidos pela legislação de regência do Programa Minha Casa Minha Vida, do Ministério das Cidades, com recursos advindo de cotas de subvenção econômica concedidas pela União;

3.1.2 as condições e procedimentos para o repasse, pela **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO** desses recursos federais, bem como das contrapartidas aportadas pelo **MUNICÍPIO** e pela **ENTIDADE ORGANIZADORA**, e as demais obrigações das partes contratantes.

### **CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR**

**4.1** O valor da operação é composto da somatória dos valores que compõe o investimento discriminados nos itens “h.1” a “h.9” do Anexo I – Quadro Resumo.

**4.1.1 Contrapartida** – a ser integralizada, pelo **MUNICÍPIO**, nas formas discriminadas nos itens “i.3” e “i.4” do Anexo I – Quadro Resumo, como condição prévia ao repasse mencionado no item “i.6” – **subvenção federal** do mesmo anexo.

Obs.: Somente este item poderá ser inserido o valor do terreno, correspondente ao de aquisição, desapropriação ou avaliação, acrescido das correspondentes despesas de legalização;

**4.1.2 Subvenção econômica federal** – recursos financeiros, no montante de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), apresentado no item “i.6” do Anexo I – Quadro Resumo, concedidos pela União e repassados, pela **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**, desde que efetivamente recebidos do Ministério das Cidades, de acordo com a legislação de regência do PMCMV e o cronograma físico financeiro da obra, que deste faz parte integrante (anexo2).

§1º - O **BENEFICIÁRIO** está ciente e concorda que os valores mencionados nos itens “i.2”, “i.4” e “i.6” desta cláusula sejam repassados, pela **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**, diretamente à (ao) **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO**, por ele escolhida(o) e contratada(o).

### **CLÁUSULA QUINTA – DA CONTRAPARTIDA**

O **MUNICÍPIO** se compromete aportar contrapartida, que poderá ser integralizada, alternativa ou cumulativamente;

a) Por bens e serviços economicamente mensuráveis, autorizados pelo Poder Legislativo e devidamente avaliados e comprovados pelo **MUNICÍPIO**, através de documentação pertinente, conforme itens "h.1" a "h.7" e "h.9" do Anexo I – Quadro Resumo deste instrumento.

b) Por recursos financeiros discriminados nos itens "i.3 e i.4" do Anexo I – Quadro Resumo deste instrumento, que serão depositados em conta corrente da **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**, na forma e prazos avençados entre esta e o **MUNICÍPIO** previamente, no Termo de Acordo e Compromisso firmado entre ambos.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA COMPOSIÇÃO DO INVESTIMENTO**

6.1 A composição do investimento, evidenciada na alínea "h" e subitens respectivos do Anexo I – Quadro Resumo, corresponde aos custos individuais das obras e serviços necessários à edificação da unidade habitacional contratada, estabelecidos no projeto de engenharia e memorial descritivo.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR TOTAL DO INVESTIMENTO**

O valor total de investimento, descrito na alínea "i.7" é composto pela somatória dos valores dos aportes de contrapartida financeira e bens e serviços, pelo **MUNICÍPIO** e pela **ENTIDADE ORGANIZADORA**, acrescido da subvenção federal.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO DA(O) RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO**

Neste ato, o **BENEFICIÁRIO** contrata a(o) **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO**, qualificada(o) no item "d" do Anexo I – Quadro Resumo, para proceder a edificação da unidade habitacional, descrita no item "f" do Anexo I – Quadro Resumo deste instrumento, a ele destinada, pelo **regime de empreitada global, a preço fechado** descrito no item "h.8" do Anexo I – Quadro Resumo.

§1º - A(O) **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO** manifesta sua expressa ciência e concordância com o fato de que não caberão, em hipótese alguma, quaisquer acréscimos a revisões do preço ora acordado ou reajustes sobre os valores pagos ou a vencer, a que título for.

§2º - A(O) **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO**, na qualidade de responsável técnica(o) pela execução da obra e suas respectivas garantias inclusive, nos termos do artigo 618 do Código Civil, e a **ENTIDADE ORGANIZADORA** – esta, na qualidade de Agente fiscalizadora e responsável solidário – isentam a **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO** de qualquer responsabilidade advinda da execução da obra e da edificação, presente ou futura, bem como por eventuais defeitos constatados nas edificações, qualquer que seja o motivo e/ou a origem, durante e após sua construção.

#### **CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA(O) RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO**

Para a consecução do objeto deste Instrumento, obriga-se a(o) **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO** a:

- I. Iniciar as obras aqui compromissadas em até 90 (noventa) dias contados da emissão de sua autorização pela **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**.
- II. Obedecer às condições de habitabilidade, salubridade e padrão de qualidade, descritas nas normas editadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e afins.
- III. Fornecer, à **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO** e à **ENTIDADE ORGANIZADORA**, cadastro técnico completo da(o) **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO** e dos profissionais responsáveis pela execução da obra, bem como

- cadastro financeiro e técnico que certifiquem ser a(o) **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO** habilitada(o) técnica e financeiramente para execução das obras de edificação.
- IV. Observar, com rigor, os prazos estabelecidos no cronograma físico-financeiro da obra, que deste faz parte integrante (anexo 2), sob pena de incorrer nas penalidades descritas na cláusula dez.
- V. Emitir nota fiscal em nome do **BENEFICIÁRIO** a cada medição encaminhada à **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**, com vistas ao repasse da parcela dos recursos.
- VI. Apresentar quando exigido pela **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO** e pela **ENTIDADE ORGANIZADORA**, as vias de recolhimento dos tributos relativos à Nota Fiscal emitida em razão da medição anterior.
- VII. Apresentar em conjunto com o **ENTIDADE ORGANIZADORA**, em até 30(trinta) dias contados do término da construção, demonstrativo de evolução física e declaração de conclusão da obra, acompanhada da foto digital, de forma a comprovar individualmente a execução da totalidade das obras, para a liberação da última parcela dos recursos.
- VIII. Enviar, sempre que solicitado, por mensagem eletrônica (e-mail) ou por qualquer outro meio a exclusivo critério da **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO** e da **ENTIDADE ORGANIZADORA**, relatório de andamento da obra, conforme *layout*, fornecido pela **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO** em conjunto com a **ENTIDADE ORGANIZADORA**, no qual informará os serviços prestados no período, quantidade de funcionários alocados no canteiro de obras, ocorrências e quaisquer outros dados considerados relevantes.
- IX. Observar a legislação trabalhista e previdenciária em vigor, em suas relações com o quadro de operários contratados, para a execução da obra, ficando a **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**, **ENTIDADE ORGANIZADORA** e **MUNICÍPIO** isentos de qualquer responsabilidade a esse título, obrigando-se, ainda, caso a **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**, seus prepostos ou seus parceiros comerciais sejam demandados por qualquer motivo a que tenham dado causa, a requerer, imediatamente, a substituição processual, arcando com todo e qualquer prejuízo que a **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**, seus prepostos ou parceiros comerciais venham a ter, a que título for.
- X. Manter e conservar, em conjunto com o **MUNICÍPIO**, em local visível, preferencialmente no acesso principal da obra, placa indicativa da origem e destinação dos recursos, mantendo-a durante todo o período de execução das obras, conforme orientação contida no "Manual Visual de Placas de Obras" do Governo Federal, de acordo com a disposição contida no item 16.1 do Anexo I da Portaria Interministerial nº 484/2009, dos Ministérios das Cidades e da fazenda, sob pena de, não o fazendo, responsabilizar-se integralmente por todos os prejuízos advindos do descumprimento da determinação.

§1º - A **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO** e a **ENTIDADE ORGANIZADORA** não poderão ser responsabilizados por quaisquer fatos ou atos que venham a comprometer o andamento, a execução e/ou a qualidade das obras, inclusive as decorrentes das relações de trabalho existentes entre a construtora e a mão de obra por ela empregada para a execução das obras contratadas pelos beneficiários, incluindo encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e quaisquer outros a ela relativos.

§2º - É necessário que cada relatório de medição da obra seja realizado individualmente, para cada unidade habitacional, no modelo fornecido pela **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO** sendo cada relatório devidamente ilustrado com fotos digitais datadas e com as unidades identificadas, de modo que seja possível visualizar o estágio e a evolução das obras.



§3º - A última parcela prevista no cronograma físico-financeiro de obras, que deste faz integrante, somente será repassada à construtora, pela **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**, após a efetiva conclusão da obra e entrega das chaves ao beneficiário, cuja comprovação se dará por meio da emissão do "TERMO DE RECEBIMENTO DA OBRA", firmado pelas partes interessadas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES AO RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO**

O não cumprimento de quaisquer das obrigações assumidas neste instrumento, pelo **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO**, implicará na sua rescisão automática e sua substituição imediata, sem prejuízo da imposição de pena de multa de 10%(dez por cento) sobre os valores recebidos, corrigidos monetariamente e com a aplicação de juros de 12% a.a. (doze por cento ao ano), sobre o valor apurado, sem prejuízo das perdas e danos causados.

#### **CLÁUSULA ONZE – DAS OBRIGAÇÕES DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**

A **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO** se compromete a:

- I. Repassar os recursos apontados nos itens "i.2", "i.4" e "i.6" efetivamente recebidos do **MUNICÍPIO, ENTIDADE ORGANIZADORA** e da Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, sempre de acordo com a realização do cronograma físico-financeiro que é parte integrante deste Instrumento (anexo 2) e mediante solicitação da **ENTIDADE ORGANIZADORA**, acompanhado do relatório de medição de obras, elaborado por profissional inscrito no **CREA**.
- II. Proceder, inclusive por meio de seus correspondentes, quando julgar necessário, à vistoria das obras de construção da unidade habitacional, aqui contratada, sem que isso configure a assunção de qualquer responsabilidade a esse título.
- III. Incluir o **BENEFICIÁRIO** no Cadastro Nacional de Mutuários – CADMUT.

#### **CLÁUSULA DOZE – DAS OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ORGANIZADORA**

São obrigações da **ENTIDADE ORGANIZADORA**:

- I. Efetuar aporte de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por unidade habitacional, como contrapartida, conforme cronograma físico – financeiro que deste faz parte integrante (anexo 2);
- II. Auxiliar o **MUNICÍPIO** na redução do custo de implantação das redes de abastecimento de água e esgotamento sanitário junto a Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, bem como na elaboração dos respectivos projetos;
- III. Auxiliar o **MUNICÍPIO** na obtenção da redução de custo com o padrão de entrada de energia junto a COPEL, bem como na elaboração dos respectivos projetos;
- IV. Elaborar quando solicitado o projeto urbanístico e de implantação;
- V. Permitir a utilização pelo **MUNICÍPIO** dos seus projetos habitacionais padrões;
- VI. Orientar e fiscalizar a execução das moradias;
- VII. Para cumprimento de suas atribuições, a **ENTIDADE ORGANIZADORA** poderá formalizar termos de cooperação e convênios com terceiros;

- VIII. Coordenar, juntamente com os beneficiários, a constituição de Comissão de Acompanhamento de Obras, composta por 2 (dois) beneficiários titulares, 2 (dois) suplentes e 1 (um) representante do **MUNICÍPIO**.

#### **CLÁUSULA TREZE – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

Incumbe ao **MUNICÍPIO**:

- I. Desenvolver as atividades de planejamento, elaboração, implementação do empreendimento, regularização da documentação, organização de grupos, acompanhamento da contratação;
- II. Efetuar a infraestrutura do empreendimento, que constará de:
  - Vias de acesso em condições de tráfego de veículos;
  - Sistema de abastecimento de água;
  - Solução de esgotamento sanitário;
  - Energia elétrica e iluminação pública;
- III. Coordenar a participação de todos os envolvidos na execução do empreendimento, de forma a assegurar sincronia e harmonia na implementação do projeto;
- IV. Prestar assistência jurídico administrativa aos Beneficiários, apresentando as informações e esclarecimentos necessários à obtenção da Subvenção Econômica, suas condições e finalidade;
- V. Promover a legalização do empreendimento perante os órgãos competentes, notadamente no que diz respeito à averbação da construção e individualização das unidades, se for o caso, obrigando-se, inclusive, no que diz respeito às condições de habitabilidade;
- VI. Integralizar a contrapartida, através de recursos financeiros, bens ou serviços economicamente mensuráveis, descritos e pormenorizados nos itens "i.3" e "i.4" do Anexo I – Quadro Resumo;
- VII. Promover a regularização fundiária do imóvel ora contratado, e seu respectivo registro, nos termos das Seções I, II, III, IV e V, do capítulo III, da lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009 e na lei 10.257, de 10 de julho de 2001, sendo certo que a **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/ AGENTE FINANCEIRO** fica, desde já, isenta de qualquer responsabilidade a esse título;
- VIII. Responsabilizar-se, o **MUNICÍPIO** – seja ele ou não o proponente – pela segurança, guarda e manutenção das unidades habitacionais, até sua efetiva entrega ao beneficiário, tomando providências imediatas, ainda que junto ao Poder Judiciário, em caso de turbação, invasão, esbulho, depredação, dentre outros atos ilícitos praticados por terceiros, para pronta solução dos eventos, indenizando os prejuízos a que sua inércia venha a dar causa;
- IX. Emitir o "habite-se ou documento equivalente, em até 30(trinta) dias contados de data de conclusão das obras;

#### **CLÁUSULA QUATORZE – DAS OBRIGAÇÕES DO BENEFICIÁRIO:**

O **BENEFICIÁRIO** se compromete a:

- I. Apresentar os documentos solicitados.
- II. Participar de reunião com os demais selecionados, a ser promovida pelo **MUNICÍPIO**, com a finalidade exclusiva de constituir a "**COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS**", composta de no mínimo dois membros titulares e dois membros suplentes

indicados pelos beneficiários e um membro indicado pelo **MUNICÍPIO**, para a seleção da(o) **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO**.

- III. Participar das Assembleias de beneficiários, para tratar dos assuntos inerentes ao PMCMV.
- IV. Comparecer, quando convocado(a), à vistoria de entrega do imóvel, assinando a Declaração de Entrega pertinente.

#### **CLÁUSULA QUINZE – DAS VEDAÇÕES AO BENEFICIÁRIO:**

É vedado ao **BENEFICIÁRIO**, na vigência deste pacto:

- a) Ceder, alienar ou arrendar, de qualquer forma, no todo ou em parte, o imóvel objeto deste contrato, ou os direitos e obrigações decorrentes deste instrumento;
- b) Constituir ônus reais sobre o imóvel objeto deste instrumento;
- c) Deixar de apresentar, quando solicitado pelo **MUNICÍPIO**, recibos de pagamento dos tributos e encargos que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel objeto deste instrumento;
- d) Cometer falsidade em qualquer declaração feita perante o **MUNICÍPIO, ENTIDADE ORGANIZADORA** ou a **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**, notadamente as efetuadas para sua inclusão no PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA.

#### **CLÁUSULA DEZESSEIS – DA OUTORGA DO MANDATO**

Em caso de desídia, inexecução parcial ou total ou má prestação de serviços por parte da(o) **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO**, qualificada(o) no item “d” do Anexo I – Quadro Resumo, o **BENEFICIÁRIO** nomeia a **ENTIDADE ORGANIZADORA** sua procuradora, até a conclusão da obra, outorgando-lhe poderes para promover a substituição da(o) **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO**, no curso da obra, tantas vezes quantas forem necessárias para sua conclusão, sem que isso implique em qualquer tipo de repactuação ou qualquer ônus adicional para a **ENTIDADE ORGANIZADORA**.

#### **CLÁUSULA DEZESSETE – DAS DECLARAÇÕES**

Declara o **BENEFICIÁRIO** que:

- a) Responde, sob penas da lei, pela autenticidade dos documentos e veracidade das informações constantes no item “e” do Anexo I – Quadro Resumo, bem como das declarações firmadas e apresentadas para instrução do procedimento do Programa Minha Casa Minha Vida, estando ciente de que sua desconstituição implicará na rescisão automática deste Instrumento, exclusão do programa e acarretará na devolução da totalidade das subvenções concedidas destinadas à produção do imóvel, sob pena de inscrição na dívida ativa da União, sem prejuízo das penalidades previstas em lei.
- b) Sua renda familiar mensal não ultrapassa, no ato desta contratação, o valor de R\$1.600,00 (mil e seiscentos reais);
- c) Não é proprietário, cessionário, arrendatário, promitente comprador ou beneficiário de imóvel residencial em qualquer localidade do país, bem como não se beneficiou, a qualquer época com subsídios oriundos dos recursos orçamentários da União, ou com descontos habitacionais concedidos com recursos do FGTS, destinados a aquisição de unidade habitacional, exceto quando for o lote objeto de operação;

- d) Tem pleno conhecimento do projeto e memorial contendo as características da unidade habitacional ora contratada;
- e) Está ciente de que, se der causa à ineficácia do presente (em caso de desistência, transferência de domicílio residencial, não localização, etc.), seu registro no CADMUT será mantido, ficando impedido de usufruir de benefícios análogos em outros programas federais de habitação.
- f) Todas as perguntas e dúvidas quanto ao objeto e condições do presente foram prévia e devidamente esclarecidas;

#### **CLÁUSULA DEZOITO – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS**

Desde que efetivamente recebida do Ministério das Cidades, da **ENTIDADE ORGANIZADORA** e do **MUNICÍPIO**, e condicionado ao efetivo cumprimento do estabelecido no *caput* desta cláusula, pelo **MUNICÍPIO**, a somatória dos recursos financeiros mencionados nas alíneas “i.2”, “i.4” e “i.6” do Anexo I – Quadro Resumo serão liberados, diretamente à empresa construtora ou a quem lhe faça as vezes, sempre de acordo com o cronograma físico-financeiro da obra.

§1º - Na forma do disposto no item 3.1.1 do Anexo I da Portaria Interministerial MP/MF/MCD n.º 152/2012, o pagamento da primeira parcela de subvenção econômica somente será realizada mediante comprovação expressa pelo **MUNICÍPIO**, de que o terreno para a construção das unidades habitacionais e a contrapartida por esse(s) oferecida(s), estão devidamente assegurados.

§2º - O **MUNICÍPIO** e a **ENTIDADE ORGANIZADORA** se comprometem a fiscalizarem a aplicação dos recursos mencionados no parágrafo anterior, de acordo com o cronograma físico-financeiro, devendo, para tanto, acompanharem todas as medições das obras realizadas e sempre manifestando concordância por escrito, a cada pedido de repasse de recursos à **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**.

§3º - A última parcela do cronograma físico-financeiro não poderá ser inferior a 10%(dez por cento) do valor da subvenção federal e será liberada somente após a apresentação da Declaração de Conclusão da Obra com foto e do respectivo “Termo de Recebimento da Unidade Habitacional”, devidamente assinado pelo beneficiário, pelo **MUNICÍPIO**, e pela **ENTIDADE ORGANIZADORA**.

§4º - Ocorrendo atraso no andamento da construção, os valores das parcelas poderão permanecer bloqueados, total ou parcialmente, até o cumprimento da etapa prevista, podendo ser exigida a revisão do cronograma físico-financeiro, visando sua readequação e/ou reescalamento das parcelas, hipótese em que o novo cronograma passará também a fazer parte integrante deste documento.

§5º - Detectada qualquer irregularidade nas obras, a **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO** somente efetuará a liberação dos recursos correspondentes, mediante a apresentação da prova da correção da ocorrência através de relatório específico, elaborado pela **ENTIDADE ORGANIZADORA** e endossado pela Comissão de Acompanhamento de Obras.

§6º - As liberações serão feitas, diretamente à empresa construtora, por meio de depósito em conta bancária, por ela aberta para essa finalidade específica, podendo a **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO** solicitar o extrato da referida conta, bem como todas as informações que se fizerem necessárias para o acompanhamento da correta aplicação dos recursos do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV.

§7º - Para as liberações previstas nesta cláusula, a Comissão de Acompanhamento de Obras deverá encaminhar solicitação à **ENTIDADE ORGANIZADORA**, que providenciará relatório de medição elaborado por profissional habilitado e regularmente inscrito no CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA – CREA, para que esta as solicite à **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**.

#### CLÁUSULA DEZENOVE – DISPOSIÇÕES GERAIS

PARÁGRAFO ÚNICO – Para as situações de reposições de unidades, compreendidas na modalidade isolada, o **MUNICÍPIO** e o **BENEFICIÁRIO** se comprometem com a demolição da unidade atual até o final da construção da nova unidade habitacional, sob pena, por parte do **BENEFICIÁRIO**, de ressarcimento do valor total do investimento da unidade habitacional, descrito na alínea "i7" do Anexo I – Quadro Resumo acrescido de 10% (dez por cento), atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC, a ser recolhida aos cofres da **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/ AGENTE FINANCEIRO**, para devolução ao Ministério das Cidades e à **ENTIDADE ORGANIZADORA**.

Nada mais havendo a tratar, firmam as partes o Anexo I – QUADRO RESUMO, que deste faz parte integrante para todos os efeitos legais.

**ANEXO I – QUADRO RESUMO – CONTRATO INDIVIDUAL DE BENEFICIÁRIO NO ÂMBITO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA**

a) **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO – Cooperativa Central De Crédito Rural Com Interação Solidária - CENTRAL CRESOL BASER**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.401.771/0001-53, sediada na Rua Nossa Senhora da Glória, 52 A – Bairro Congo, CEP 85.604-090 Francisco Beltrão, Estado do Paraná, neste ato representada na forma de seu Diretor Presidente, Sr. Vanderley Ziger, portador da cédula de identidade RG nº 4.178.812-7e inscrito no CPF sob nº 847.101.019-49 e pelo seu Diretor Financeiro, Sr. Alzimiro Thomé, portador da cédula de identidade RG nº 4.332.841-7e inscrito no CPF sob nº 589.434.559-68.

b) **MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA**, inscrito no CNPJ sob o n.º 77.774.867/0001-29, sediado na Praça Francisco de Assis Reis, 1060 - CEP 85540-000, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. Albari Guimorvan Fonseca dos Santos, portador da cédula de identidade RG nº 3.744.740-4/PR e inscrito no CPF/MF sob o n.º 545.849.579-91.

c) **ENTIDADE ORGANIZADORA- Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.592.807/0001 – 22, sediada na Rua Marechal Deodoro, 1133, Centro – Curitiba/PR – CEP 80060 – 010, neste ato representada na forma de seu Diretor Presidente, Sr. Mounir Chaowiche, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 2.082.899 – 4/PR e inscrito no CPF sob nº 394.463.109 – 97 e pelo seu Diretor de Programas e Obras, Sr. Luciano Valerio Bello Machado, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 2.158.649 – 8/PR e inscrito no CPF sob nº 435.041.169 – 00.

d) **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO – Incorporadora e Construtora Constrim Ltda – CONSTRIM ENGENHARIA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.422.838/0001 – 03 , com sede na Rua Professor Flaviano de Melo, nº 272, sala 3, Centro – Mogi das Cruzes/SP – CEP 08710-620, representada na forma de sua Sócia – Administradora, Sra. Sheila de Souza Cotrim, portadora da cédula de identidade RG nº 28.405.346 – 6 SSP/SP e inscrita no CPF sob nº 261.087.108 – 29.

e) **BENEFICIÁRIO(A)** – Santana Lucia Batista, solteira, portador(a) do documento de identificação RG n.º 5.543.837-4 SSP/PR e inscrito(a) no CPF/MF sob o n.º 738.548.392-15.

f) **IMÓVEL OBJETO DESTE INSTRUMENTO** – Unidade Habitacional (isolada) discriminada no memorial descritivo, projeto arquitetônico e projetos complementares que fazem parte do dossiê técnico desta operação, pertencente ao (à) beneficiário(a) discriminado(a) no item “e” deste anexo.

g) **PRAZO PARA ENTREGA DA UNIDADE HABITACIONAL:** 12 Meses

h) **COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS (VALORES):**

i) **CONTRAPARTIDA**

h1. Terreno	R\$ 500,00	h6. Proteção, contenção e estabilização do solo	R\$ 100,00	i1. Contrapartida Bens/ Serv. (Estado)	R\$ 0,00
h2. Projeto	R\$ 0,00	h7. Infraestrutura	R\$ 200,00	i2. Contrapartida financeira (Estado)	R\$ 5.000,00
h3. Assistência Técnica	R\$ 0,00	h8. Edificação	R\$ 30.000,00	i3. Contrapartida Bens/ Serv. (Município)	R\$ 1.000,00
h4. Terraplanagem	R\$ 100,00	h9. Trabalho Social	R\$ 100,00	i4. Contrapartida financeira (Município)	R\$ 0,00
h5. Serviços Preliminares	R\$ 0,00			i5. Total da contrapartida	R\$ 6.000,00
				i6. Subvenção	R\$ 25.000,00
h10. Composição do Investimento (h1+h2+...+h9)			R\$ 31.000,00	i7. Valor Investimento Total (i5+i6)	R\$ 31.000,00

j) **DA OUTORGA DE MANDATO:** o(a) **BENEFICIÁRIO(A)** nomeia a **ENTIDADE ORGANIZADORA** sua procuradora, até a conclusão da obra, outorgando-lhe poderes, uma vez constatada das hipóteses mencionadas na cláusula dezesseis do instrumento principal para promover a substituição da(o) **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO**, durante sua execução,

tantas vezes quantas forem necessárias para seu término, sem que isso implique em qualquer tipo de repactuação, responsabilidade ou qualquer ônus adicional para a ENTIDADE ORGANIZADORA.

l) **DO FORO:** Fica eleito o foro do lugar do imóvel para dirimir eventuais questões deste oriundas.

Por estarem justos e acordados, assinam o presente em 5(cinco) vias, de igual teor e para um só efeito, depois de lido e achado conforme, na presença das testemunhas abaixo:

Mangueirinha, 11 de dezembro de 2012

**COHAPAR**  
Companhia de Habitação do Paraná

  
MOUNIR CHAOWICHE  
DIRETOR PRESIDENTE

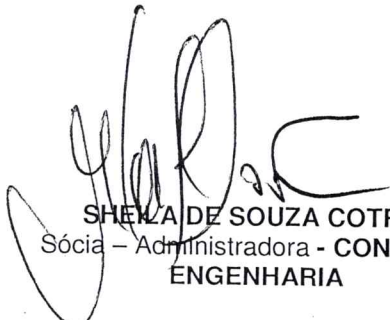
**MOUNIR CHAOWICHE**  
Diretor – Presidente da COHAPAR

  
**ALBARI GUIMORVAN FONSECA DOS SANTOS**  
Prefeito Municipal de MANGUEIRINHA

**COHAPAR**  
Companhia de Habitação do Paraná

  
LUCIANO VALERIO BELLO MACHADO  
DIRETOR DE PROGRAMAS E OBRAS

**LUCIANO VALERIO BELLO MACHADO**  
Diretor de Programas e Obras - COHAPAR

  
**VANDERLEY ZIGER**  
Diretor – Presidente - CENTRAL CRESOL BASER  
**SHEILA DE SOUZA COTRIM**  
Sócia – Administradora - CONSTRIM  
ENGENHARIA  
**ALZIMIRO THOMÉ**  
Diretor – Financeiro - CENTRAL CRESOL BASER

*Santina Lucia Batista*  
**SANTINA LUCIA BATISTA**  
Beneficiário(a)

*RF*  
**TESTEMUNHA 1**  
NOME: *Rozane F. do Santos*  
CPF: *990.391.158-67*

*Beatrix*  
**TESTEMUNHA 2**  
NOME: *Beatrix Kovareto Martins*  
CPF: *037.966.419-46*

**ANEXO II – CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO DA OBRA**

Obra Desenvolvimento Físico	0%	15%	40%	65%	100%
Desembolso Financeiro Contrapartida - COHAPAR	R\$ 1.250,00	+ R\$ 1.250,00 R\$ 2.500,00	+ R\$ 1.250,00 R\$ 3.750,00	+ R\$ 1.250,00 R\$ 5.000,00	-
Desembolso Financeiro Contrapartida – Município	25%	+25% 50%	+25% 75%	+25% 100%	-
Desembolso Financeiro Subvenção Federal - MCidades	R\$ 3.750,00	+ R\$ 6.250,00 R\$ 10.000,00	+ R\$ 6.250,00 R\$ 16.250,00	+ R\$ 6.250,00 R\$ 22.500,00	+ R\$ 2.500,00 R\$ 25.000,00



## Termo de Desistência

Eu, Santina Lucia Batista, brasileira, solteira, portador (a) da cédula de identidade RG nº 5.543.837-4 e inscrito (a) no CPF sob nº 738.548.329-15 domiciliado (a) no município de mangueirinha, onde reside na Rua Barão Rio Branco, 791 não havendo mais interesse em participar do PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA 2 (Sub 50), para qual fui selecionada e contemplada com uma unidade habitacional, venho comunicar, por livre e espontânea vontade, minha desistência, em razão de inviabilidade de moradia por possuir filha com necessidades especiais que necessita frequentar escola especial (APAE).

Estou ciente que o imóvel será transferido para outro beneficiário, cujo cadastro e documentos sejam aprovados pelos órgãos competentes, quanto à adequação aos requisitos exigidos pelo PMCMV2 (sub 50).

Estou Ciente de que meu nome permanecera registrado no CADMUT – CADASTRO NACIONAL DE MUTUÁRIOS e que ficarei impedido (a) de participar de outro programa habitacional federal análogo, até que minha substituição seja concluído e efetivado.

Por ser verdade, firmo (amos) o presente Termo de Desistência, em caráter irrevogável e irretratável, para mais nada reclamar a esse titulo.

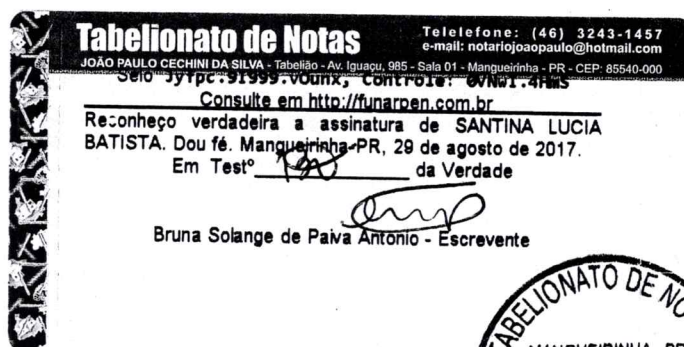
Mangueirinha, 28 de agosto de 2017.

*Santina Lucreia Batista*  
Santina Lucia Batista

Beneficiário (a)

Testemunhas

Elza Pereira <i>E</i>	Luzia de Jesus da Silva <i>Luzia de Silva</i>
CPF 063.100.189.14	CPF 040.620.329.61
Endereço: vila verde, 111	Endereço: Loteamento Kuster, 15



458  
*[assinatura]*





**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA**  
**ESTADO DO PARANÁ**

**CONTRATO INDIVIDUAL DE BENEFICIÁRIO NO ÂMBITO DO**  
**PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA**

Pelo presente instrumento particular que entre si celebram, o **MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF n.º 77.774.867/0001-29, com sede administrativa na Praça Francisco Assis Reis, n.º 1060, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor **ELIDIO ZIMERMAN DE MORAES**, brasileiro, administrador, portador da CI/RG n.º 1.305.830-0 SSP/PR e inscrito no CPF/MF n.º 214.272.169-91 residente e domiciliado na Chácara Santo André, zona rural, no Município de Manguaerinha, Estado do Paraná, e de outro lado **TEREZINHA CASAGRANDE**, brasileira, portadora da CI/RG n.º 14.223.414-9, inscrita no CPF/MF n.º 640.544.209-82, denominada **BENEFICIÁRIA**, resolvem celebrar o presente contrato, mediante as cláusulas e condições abaixo descritas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** O objeto deste contrato é o imóvel residencial, situado à Rua Projetada III esquina com Rua Projetada II – Distrito do Covó, lote n.º 01, quadra n.º 02, número predial s/n, CEP 85540-000, no município de Manguaerinha, Estado do Paraná.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** O imóvel esta sendo transferido para beneficiária, cujo cadastro e documentos foram aprovados pelos órgãos competentes, quanto a adequação aos requisitos exigidos pelo PMCMV2 (sub 50), tendo em vista o termos de desistência que acompanha este contrato, bem como os demais documentos pertinentes.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA BENEFICIÁRIA:** A BENEFICIÁRIA se compromete a:

- a) Apresentar os documentos quando solicitados.
- b) Participar das assembléias de beneficiários, para tratar dos assuntos inerentes ao PMCMV.
- c) Declara, tendo vistoriado o imóvel, que este encontra-se em condições próprias para o uso ao qual se destina.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA  
ESTADO DO PARANÁ**

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS VEDAÇÕES AO BENEFICIÁRIO:** É vedado a BENEFICIÁRIA na vigência deste contrato:

- a) Ceder, alienar ou arrendar, de qualquer forma, no todo ou em parte, o imóvel objeto deste contrato, ou os direitos e obrigações decorrentes deste instrumento;
- b) Constituir ônus reais sobre o imóvel objeto deste instrumento;
- c) Deixar de apresentar, quando solicitado pelo MUNICIPIO, recibos de pagamentos dos tributos e encargos que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel objeto deste instrumento.
- d) Cometer falsidade ou qualquer declaração feita perante o MUNICIPIO, notadamente as efetuadas para sua inclusão no PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS DECLARAÇÕES:** Declara a BENEFICIÁRIA que:

- a) Responde, sob as penas da lei, pela autenticidade dos documentos e veracidade das informações constantes, bem como das declarações firmadas e apresentadas para instrução do procedimento minha casa minha vida, estando ciente que sua desconstituição implicará na rescisão automática deste instrumento, exclusão do programa acarretará na devolução da totalidade das subvenções concedidas destinadas à produção do imóvel.
- b) Sua renda familiar mensal não ultrapassa, no ato desta contratação, o valor de R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais).
- c) Não é proprietário, cessionário, arrendatário, promitente comprador ou beneficiário de imóvel residencial em qualquer localidade dopais, bem como não se beneficiou, a qualquer época com subsídios oriundos dos recursos orçamentários da União, ou com descontos habitacionais concedidos com recursos do FGTS, destinados a aquisição de unidade habitacional, exceto quando for o lote objeto de operação;
- d) todas as perguntas e dúvidas quanto ao objeto e condições do presente foram previa e devidamente esclarecidas.

460  
9/08





**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA  
ESTADO DO PARANÁ**

**CLÁUSULA QUINTA:** O **BENEFICIÁRIA** será responsável pelo pagamento das taxas de condomínio, energia elétrica, taxas de água, as quais serão pagas diretamente às empresas concessionárias dos referidos serviços.

**CLÁUSULA OITAVA:** Fica ao **BENEFICIÁRIA**, a responsabilidade em zelar pela conservação e limpeza do imóvel, sendo vedadas reformas e quaisquer alterações no imóvel sem a prévia e expressa autorização do **MUNICÍPIO**.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O **BENEFICIÁRIA** está obrigado a devolver o imóvel em perfeitas condições de limpeza e conservação, quando finda ou rescindida esta avença.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Caso este consinta na realização das obras, estas ficarão desde logo, incorporadas ao imóvel, sem que assista ao **BENEFICIÁRIA** qualquer indenização pelas obras ou retenção por benfeitorias.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** As benfeitorias removíveis poderão ser retiradas, desde que não desfigurem o imóvel locado.

**CLÁUSULA NONA:** O **BENEFICIÁRIA** declara, que o imóvel, destina-se única e exclusivamente para o seu uso residencial e de sua família, sendo expressamente vedado sublocar, transferir ou ceder o imóvel, sendo nulo de pleno direito qualquer ato praticado com este fim sem o consentimento prévio e por escrito do **MUNICÍPIO**

**PARÁGRAFO ÚNICO:** O **BENEFICIÁRIA** obriga por si e sua família, a cumprir e a fazer cumprir integralmente as disposições legais sobre o Condomínio, a sua Convenção e o seu Regulamento Interno.

**CLÁUSULA DÉCIMA:** É facultado ao **MUNICÍPIO** vistoriar, por si ou seus procuradores, sempre que achar conveniente, para a certeza do cumprimento das obrigações assumidas neste contrato.

  
461  
908







**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA**  
**ESTADO DO PARANÁ**

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:** Finda o contrato, por qualquer motivo, deve o **BENEFICIÁRIA** restituir o imóvel locado no estado em que o recebeu.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:** Deve o **BENEFICIÁRIA** levar imediatamente ao conhecimento do **MUNICÍPIO** o surgimento de qualquer dano ou defeito cuja reparação a estes incumba, bem como eventuais turbações de terceiros.

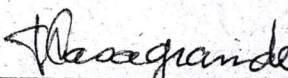
**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:** Deve o **BENEFICIÁRIA** realizar a imediata reparação dos danos causados no imóvel provocados por si, seus dependentes, familiares ou visitantes.

E, por estarem às partes justas e acordadas, firmam o presente contrato em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Mangueirinha, 01 de setembro de 2017.

  
**MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA**

Elídio Zimerman de Moraes


  
**TEREZINHA CASAGRANDE**

**BENEFICIÁRIA**

**TESTEMUNHAS:**

  
Anna Luíza Lauefer Passos

CPF: 053.270.519-00

  
Daiane de Mello Moraes

CPF: 094.221.899-00

462  
JPA



**CIC**

NASCIMENTO: 12.07.64

INSCRIÇÃO NO CPF: 640.544.209-82

CONTRIBUINTE: TEREZINHA CASAGRANDE

*[Assinatura]*  
SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: 14.223.414-9      DATA DE EXPEDIÇÃO: 22/08/2014

NOME: **TEREZINHA CASAGRANDE**

FILIAÇÃO: VALDEMIRO CASAGRANDE  
ROSA MARIA CASAGRANDE

NATURALIDADE: S. LOURENÇO OESTE/SC      DATA DE NASCIMENTO: 12/07/1964

DOC. ORIGEM: COMARCA=S LOURENCO OEST/SC, 1 OFICIO  
C.NASC=3247, LIVRO=3A, FOLHA=212

CPF: 640.544.209-82

CURITIBA/PR

*[Assinatura]*  
ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: 12.934.685-0      DATA DE EXPEDIÇÃO: 15/01/2010

NOME: **GABRIEL CASAGRANDE ARIATTI**

FILIAÇÃO: OLIVIO ARIATTI  
TEREZINHA CASAGRANDE

NATURALIDADE: PATO BRANCO/PR      DATA DE NASCIMENTO: 29/10/2005

DOC. ORIGEM: COMARCA=MANGUEIRINHA /PR, DA SEDE  
C.NASC=7409, LIVRO=43A, FOLHA=9

CURITIBA/PR

*[Assinatura]*  
ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Receita Federal

**CPF**

CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Número de Inscrição  
**090.324.709-73**

Nome  
**GABRIEL CASAGRANDE ARIATTI**

Nascimento  
**29/10/2005**



463  
*[Assinatura]*



**CIC**

NASCIMENTO: 12-07-64

INSCRIÇÃO NO CPF: 640544209-82

CONTRIBUINTE: TEREZINHA CASAGRANDE

*Tereza Casagrande*  
SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: 14.223.414-9      DATA DE EXPEDIÇÃO: 22/08/2014

NOME: **TEREZINHA CASAGRANDE**

FILIAÇÃO: VALDEMIRO CASAGRANDE  
ROSA MARIA CASAGRANDE

NATURALIDADE: S LOURENÇO OESTE/SC      DATA DE NASCIMENTO: 12/07/1964

DOC. ORIGEM: COMARCA-S LOURENÇO OEST/SC, 1 OFÍCIO  
C.NASC=3247, LIVRO=3A, FOLHA=212

CPF: 640.544.209-82

CURITIBA/PR

*Tereza Casagrande*  
SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

640544209-82

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: 12.934.685-0      DATA DE EXPEDIÇÃO: 16/01/2010

NOME: **GABRIEL CASAGRANDE ARIATTI**

FILIAÇÃO: OLIVIO ARIATTI  
TEREZINHA CASAGRANDE

NATURALIDADE: PATO BRANCO/PR      DATA DE NASCIMENTO: 29/10/2005

DOC. ORIGEM: COMARCA=MANGUEIRINHA /PR, DA SEDE  
C.NASC=7400, LIVRO=43A, FOLHA=9

CURITIBA/PR

*Gabriel Casagrande Ariatti*  
SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Receita Federal

CPF

CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Número de Inscrição  
**090.324.709-73**

Nome  
**GABRIEL CASAGRANDE ARIATTI**

Nascimento  
29/10/2005



464  
908



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL  
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS

**CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE**

DOCUMENTO COMPROBATORIO DE INSCRIÇÃO NO  
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

RG: 14.223.414-9

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

RG: 12.934.685-0

POLEGAR DIREITO

**NÃO ALFABETIZADO**

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Ministério Público do Paraná

Cartão de uso pessoal e intransferível  
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade

Emissão  
DEZ/2009

**BANCO DO BRASIL**

465  
900





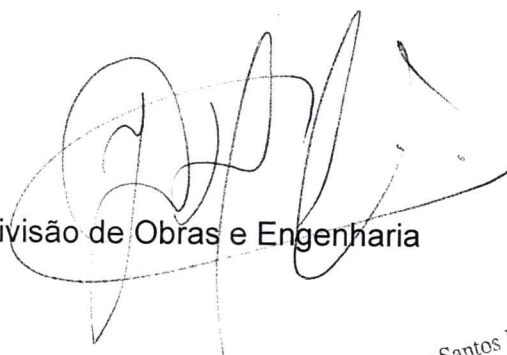


PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA  
ESTADO DO PARANÁ

**AUTORIZAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Mangueirinha - PR, através da Divisão de Obras e Engenharia, não têm nada a se opor contra a ligação de água na Rua Projeta III esquina com Rua Projetada II – Distrito Covó, lote nº 01, quadra nº 02, número predial s/n, em nome de Terezinha Casagrande, RG nº 14.223.414-9 e CPF nº 640.544.209-82.

Mangueirinha, 30 de agosto 2017.



Divisão de Obras e Engenharia

Júlio César Santos Mattos  
Divisão de Obras e Engenharia



**PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA – PMCMV  
PARA MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO LIMITADA A 50.000 HABITANTES**

**CONTRATO INDIVIDUAL DO BENEFICIÁRIO – CIB Nº 992108-7**

Por este Instrumento Particular, por esta e na melhor forma de direito, com supedâneo no inciso III do artigo 2º, artigo 6º B da lei n.º 11.977 de 07 de julho de 2009, regulamentada pelo Decreto 7.499 de 16 de junho de 2011, na Portaria Interministerial n.º 152, de 09.04.2012 dos Ministérios de Estado da Fazenda, do Planejamento, Orçamento e Gestão e das Cidades e também das Portarias n.º 547 de 28 de novembro de 2011, n.º 228 de 28 de maio de 2012, n.º 235 de 01 de junho de 2012 e n.º 610, de 26 de dezembro de 2011, todas do Ministério de Estado das Cidades e considerando o quanto pactuado no **Termo de Acordo e Compromisso – TAC**, que a este se vincula e está jungido, firmado entre o(s) ente(s) público(s) e a instituição financeira/agente financeiro, para repasse da subvenção federal a ser concedida pela União, nos termos da legislação de regência do PMCMV e pelas contrapartidas estaduais e municipais a serem aportadas nos termos nele avançados, as partes qualificadas no Anexo I – Quadro Resumo convencionam o quanto estabelecido nas CLÁUSULAS abaixo, que mutuamente se outorgam, a saber:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

**1.1 Vínculo com o Anexo I – Quadro Resumo do instrumento particular.**

Estas cláusulas são complementares pelos elementos e dados individuais constantes no Anexo I – Quadro Resumo, compondo, para todos os fins, um único instrumento.

§ 1º - As partes contratantes declaram, expressamente, terem pleno conhecimento da legislação de regência do PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA – PMCMV, especialmente a aplicável aos municípios com população limitada a 50.000(cinquenta mil) habitantes e os beneficiários com renda familiar de até R\$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais).

§ 2º - A assinatura do beneficiário ou sua impressão digital, se analfabeto, acompanhada, neste último caso, da assinatura do rogante por ele indicado e devidamente qualificado na “Declaração de Analfabeto”, que é parte integrante do dossiê do beneficiário, ambas apostas no Anexo I – Quadro Resumo, que deste faz parte integrante e inseparável, significará sua plena ciência e concordância com estas condições e com os dados ali constantes.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS PARTES CONTRATANTES.**

**2.1 Constituem partes deste negócio jurídico:**

**2.1.1 PODER PÚBLICO, designado MUNICÍPIO.**

**2.1.2 BENEFICIÁRIO(A)** e, havendo, seu cônjuge ou companheiro(a), assim designada a pessoa física selecionada, pelo **MUNICÍPIO**, enquadrada nos requisitos estabelecidos na Portaria n.º 547/2011, Anexo I, item 4, e Portaria n.º 610/2011, ambas do Ministério de Estado das Cidades destinatária da unidade habitacional objeto do repasse da subvenção econômica, concedida pela União, Estados e Municípios no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida. De acordo com o item 4.1 do anexo I da Portaria nº 547/2011 supracitada, é vedada a participação no Programa de pessoas físicas que:

a) tenham sido beneficiadas, a qualquer época, com subsídios oriundos dos recursos orçamentários da União ou de descontos habitacionais concedidos com recursos do FGTS, excetuadas as subvenções ou descontos destinados à aquisição material de construção, para fins de conclusão, ampliação, reforma ou melhoria de unidade habitacional;

J F O

b) sejam detentoras de financiamento imobiliário ativo em qualquer localidade do território nacional; ou

c) sejam proprietárias, cessionárias, arrendatárias dos programas do Governo Federal ou promitentes compradoras de imóvel residencial urbano ou rural.

**2.1.3 RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO**, assim designado a empresa construtora ou cooperativa ou profissional registrado no CREA, ora contratado(a) pelo **BENEFICIÁRIO**, para edificação da unidade habitacional de cunho social a ele destinada, descrita no item "f" do Anexo I – Quadro Resumo.

**2.1.4 INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**, devidamente autorizado pelo Banco Central do Brasil – BACEN e Ministério de Estado das Cidades a participar da operação de repasse dos recursos concedidos pela União, a título de Subvenção Econômica, na oferta pública homologada em 01 de Junho de 2012, pela portaria n.º 235/2012 do Ministério de Estado das Cidades, doravante denominada simplesmente **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**.

**2.1.5 COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ – COHAPAR**, doravante simplesmente denominado **ENTIDADE ORGANIZADORA**.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1 Constituem objeto do presente:

3.1.1 a contratação de **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO**, pelo **BENEFICIÁRIO**, para construção de unidade habitacional de cunho social, mencionada no item "f" do Anexo I – Quadro Resumo, dentro dos padrões estabelecidos pela legislação de regência do Programa Minha Casa Minha Vida, do Ministério das Cidades, com recursos advindo de cotas de subvenção econômica concedidas pela União;

3.1.2 as condições e procedimentos para o repasse, pela **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO** desses recursos federais, bem como das contrapartidas aportadas pelo **MUNICÍPIO** e pela **ENTIDADE ORGANIZADORA**, e as demais obrigações das partes contratantes.

### CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

4.1 O valor da operação é composto da somatória dos valores que compõe o investimento discriminados nos itens "h.1" a "h.9" do Anexo I – Quadro Resumo.

**4.1.1 Contrapartida** – a ser integralizada, pelo **MUNICÍPIO**, nas formas discriminadas nos itens "i.3" e "i.4" do Anexo I – Quadro Resumo, como condição prévia ao repasse mencionado no item "i.6" – **subvenção federal** do mesmo anexo.

Obs.: Somente este item poderá ser inserido o valor do terreno, correspondente ao de aquisição, desapropriação ou avaliação, acrescido das correspondentes despesas de legalização;

**4.1.2 Subvenção econômica federal** – recursos financeiros, no montante de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), apresentado no item "i.6" do Anexo I – Quadro Resumo, concedidos pela União e repassados, pela **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**, desde que efetivamente recebidos do Ministério das Cidades, de acordo com a legislação de regência do PMCMV e o cronograma físico financeiro da obra, que deste faz parte integrante (anexo2).

§1º - O **BENEFICIÁRIO** está ciente e concorda que os valores mencionados nos itens "i.2", "i.4" e "i.6" desta cláusula sejam repassados, pela **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**, diretamente à (ao) **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO**, por ele escolhida(o) e contratada(o).

### CLÁUSULA QUINTA – DA CONTRAPARTIDA

J J O

O **MUNICÍPIO** se compromete aportar contrapartida, que poderá ser integralizada, alternativa ou cumulativamente;

a) Por bens e serviços economicamente mensuráveis, autorizados pelo Poder Legislativo e devidamente avaliados e comprovados pelo **MUNICÍPIO**, através de documentação pertinente, conforme itens "h.1" a "h.7" e "h.9" do Anexo I – Quadro Resumo deste instrumento.

b) Por recursos financeiros discriminados nos itens "i.3 e i.4" do Anexo I – Quadro Resumo deste instrumento, que serão depositados em conta corrente da **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**, na forma e prazos avençados entre esta e o **MUNICÍPIO** previamente, no Termo de Acordo e Compromisso firmado entre ambos.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA COMPOSIÇÃO DO INVESTIMENTO**

6.1 A composição do investimento, evidenciada na alínea "h" e subitens respectivos do Anexo I – Quadro Resumo, corresponde aos custos individuais das obras e serviços necessários à edificação da unidade habitacional contratada, estabelecidos no projeto de engenharia e memorial descritivo.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR TOTAL DO INVESTIMENTO**

O valor total de investimento, descrito na alínea "i.7" é composto pela somatória dos valores dos aportes de contrapartida financeira e bens e serviços, pelo **MUNICÍPIO** e pela **ENTIDADE ORGANIZADORA**, acrescido da subvenção federal.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO DA(O) RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO**

Neste ato, o **BENEFICIÁRIO** contrata a(o) **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO**, qualificada(o) no item "d" do Anexo I – Quadro Resumo, para proceder a edificação da unidade habitacional, descrita no item "f" do Anexo I – Quadro Resumo deste instrumento, a ele destinada, pelo **regime de empreitada global, a preço fechado** descrito no item "h.8" do Anexo I – Quadro Resumo.

§1º - A(O) **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO** manifesta sua expressa ciência e concordância com o fato de que não caberão, em hipótese alguma, quaisquer acréscimos a revisões do preço ora acordado ou reajustes sobre os valores pagos ou a vencer, a que título for.

§2º - A(O) **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO**, na qualidade de responsável técnica(o) pela execução da obra e suas respectivas garantias inclusive, nos termos do artigo 618 do Código Civil, e a **ENTIDADE ORGANIZADORA** – esta, na qualidade de Agente fiscalizadora e responsável solidário – isentam a **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO** de qualquer responsabilidade advinda da execução da obra e da edificação, presente ou futura, bem como por eventuais defeitos constatados nas edificações, qualquer que seja o motivo e/ou a origem, durante e após sua construção.

#### **CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA(O) RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO**

Para a consecução do objeto deste Instrumento, obriga-se a(o) **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO** a:

- I. Iniciar as obras aqui compromissadas em até 90 (noventa) dias contados da emissão de sua autorização pela **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**.
- II. Obedecer às condições de habitabilidade, salubridade e padrão de qualidade, descritas nas normas editadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e afins.
- III. Fornecer, à **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO** e à **ENTIDADE ORGANIZADORA**, cadastro técnico completo da(o) **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO** e dos profissionais responsáveis pela execução da obra, bem como

- cadastro financeiro e técnico que certifiquem ser a(o) **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO** habilitada(o) técnica e financeiramente para execução das obras de edificação.
- IV. Observar, com rigor, os prazos estabelecidos no cronograma físico-financeiro da obra, que deste faz parte integrante (anexo 2), sob pena de incorrer nas penalidades descritas na cláusula dez.
- V. Emitir nota fiscal em nome do **BENEFICIÁRIO** a cada medição encaminhada à **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**, com vistas ao repasse da parcela dos recursos.
- VI. Apresentar quando exigido pela **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO** e pela **ENTIDADE ORGANIZADORA**, as vias de recolhimento dos tributos relativos à Nota Fiscal emitida em razão da medição anterior.
- VII. Apresentar em conjunto com o **ENTIDADE ORGANIZADORA**, em até 30(trinta) dias contados do término da construção, demonstrativo de evolução física e declaração de conclusão da obra, acompanhada da foto digital, de forma a comprovar individualmente a execução da totalidade das obras, para a liberação da última parcela dos recursos.
- VIII. Enviar, sempre que solicitado, por mensagem eletrônica (e-mail) ou por qualquer outro meio a exclusivo critério da **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO** e da **ENTIDADE ORGANIZADORA**, relatório de andamento da obra, conforme *layout*, fornecido pela **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO** em conjunto com a **ENTIDADE ORGANIZADORA**, no qual informará os serviços prestados no período, quantidade de funcionários alocados no canteiro de obras, ocorrências e quaisquer outros dados considerados relevantes.
- IX. Observar a legislação trabalhista e previdenciária em vigor, em suas relações com o quadro de operários contratados, para a execução da obra, ficando a **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**, **ENTIDADE ORGANIZADORA** e **MUNICÍPIO** isentos de qualquer responsabilidade a esse título, obrigando-se, ainda, caso a **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**, seus prepostos ou seus parceiros comerciais sejam demandados por qualquer motivo a que tenham dado causa, a requerer, imediatamente, a substituição processual, arcando com todo e qualquer prejuízo que a **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**, seus prepostos ou parceiros comerciais venham a ter, a que título for.
- X. Manter e conservar, em conjunto com o **MUNICÍPIO**, em local visível, preferencialmente no acesso principal da obra, placa indicativa da origem e destinação dos recursos, mantendo-a durante todo o período de execução das obras, conforme orientação contida no "Manual Visual de Placas de Obras" do Governo Federal, de acordo com a disposição contida no item 16.1 do Anexo I da Portaria Interministerial nº 484/2009, dos Ministérios das Cidades e da fazenda, sob pena de, não o fazendo, responsabilizar-se integralmente por todos os prejuízos advindos do descumprimento da determinação.

§1º - A **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO** e a **ENTIDADE ORGANIZADORA** não poderão ser responsabilizados por quaisquer fatos ou atos que venham a comprometer o andamento, a execução e/ou a qualidade das obras, inclusive as decorrentes das relações de trabalho existentes entre a construtora e a mão de obra por ela empregada para a execução das obras contratadas pelos beneficiários, incluindo encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e quaisquer outros a ela relativos.

§2º - É necessário que cada relatório de medição da obra seja realizado individualmente, para cada unidade habitacional, no modelo fornecido pela **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO** sendo cada relatório devidamente ilustrado com fotos digitais datadas e com as unidades identificadas, de modo que seja possível visualizar o estágio e a evolução das obras.

J J O

§3º - A última parcela prevista no cronograma físico-financeiro de obras, que deste faz integrante, somente será repassada à construtora, pela **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**, após a efetiva conclusão da obra e entrega das chaves ao beneficiário, cuja comprovação se dará por meio da emissão do "TERMO DE RECEBIMENTO DA OBRA", firmado pelas partes interessadas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES AO RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO**

O não cumprimento de quaisquer das obrigações assumidas neste instrumento, pelo **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO**, implicará na sua rescisão automática e sua substituição imediata, sem prejuízo da imposição de pena de multa de 10%(dez por cento) sobre os valores recebidos, corrigidos monetariamente e com a aplicação de juros de 12% a.a. (doze por cento ao ano), sobre o valor apurado, sem prejuízo das perdas e danos causados.

#### **CLÁUSULA ONZE – DAS OBRIGAÇÕES DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**

A **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO** se compromete a:

- I. Repassar os recursos apontados nos itens "i.2","i.4" e "i.6" efetivamente recebidos do **MUNICÍPIO, ENTIDADE ORGANIZADORA** e da Secretária Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, sempre de acordo com a realização do cronograma físico-financeiro que é parte integrante deste Instrumento (anexo 2) e mediante solicitação da **ENTIDADE ORGANIZADORA**, acompanhado do relatório de medição de obras, elaborado por profissional inscrito no **CREA**.
- II. Proceder, inclusive por meio de seus correspondentes, quando julgar necessário, à vistoria das obras de construção da unidade habitacional, aqui contratada, sem que isso configure a assunção de qualquer responsabilidade a esse título.
- III. Incluir o **BENEFICIÁRIO** no Cadastro Nacional de Mutuários – CADMUT.

#### **CLÁUSULA DOZE – DAS OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ORGANIZADORA**

São obrigações da **ENTIDADE ORGANIZADORA**:

- I. Efetuar aporte de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por unidade habitacional, como contrapartida, conforme cronograma físico – financeiro que deste faz parte integrante (anexo 2);
- II. Auxiliar o **MUNICÍPIO** na redução do custo de implantação das redes de abastecimento de água e esgotamento sanitário junto a Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, bem como na elaboração dos respectivos projetos;
- III. Auxiliar o **MUNICÍPIO** na obtenção da redução de custo com o padrão de entrada de energia junto a COPEL, bem como na elaboração dos respectivos projetos;
- IV. Elaborar quando solicitado o projeto urbanístico e de implantação;
- V. Permitir a utilização pelo **MUNICÍPIO** dos seus projetos habitacionais padrões;
- VI. Orientar e fiscalizar a execução das moradias;
- VII. Para cumprimento de suas atribuições, a **ENTIDADE ORGANIZADORA** poderá formalizar termos de cooperação e convênios com terceiros;

9 7 0

- VIII. Coordenar, juntamente com os beneficiários, a constituição de Comissão de Acompanhamento de Obras, composta por 2 (dois) beneficiários titulares, 2 (dois) suplentes e 1 (um) representante do **MUNICÍPIO**.

#### **CLÁUSULA TREZE – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

Incumbe ao **MUNICÍPIO**:

- I. Desenvolver as atividades de planejamento, elaboração, implementação do empreendimento, regularização da documentação, organização de grupos, acompanhamento da contratação;
- II. Efetuar a infraestrutura do empreendimento, que constará de:
  - Vias de acesso em condições de tráfego de veículos;
  - Sistema de abastecimento de água;
  - Solução de esgotamento sanitário;
  - Energia elétrica e iluminação pública;
- III. Coordenar a participação de todos os envolvidos na execução do empreendimento, de forma a assegurar sincronia e harmonia na implementação do projeto;
- IV. Prestar assistência jurídico administrativa aos Beneficiários, apresentando as informações e esclarecimentos necessários à obtenção da Subvenção Econômica, suas condições e finalidade;
- V. Promover a legalização do empreendimento perante os órgãos competentes, notadamente no que diz respeito à averbação da construção e individualização das unidades, se for o caso, obrigando-se, inclusive, no que diz respeito às condições de habitabilidade;
- VI. Integralizar a contrapartida, através de recursos financeiros, bens ou serviços economicamente mensuráveis, descritos e pormenorizados nos itens "i.3" e "i.4" do Anexo I – Quadro Resumo;
- VII. Promover a regularização fundiária do imóvel ora contratado, e seu respectivo registro, nos termos das Seções I, II, III, IV e V, do capítulo III, da lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009 e na lei 10.257, de 10 de julho de 2001, sendo certo que a **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/ AGENTE FINANCEIRO** fica, desde já, isenta de qualquer responsabilidade a esse título;
- VIII. Responsabilizar-se, o **MUNICÍPIO** – seja ele ou não o proponente – pela segurança, guarda e manutenção das unidades habitacionais, até sua efetiva entrega ao beneficiário, tomando providências imediatas, ainda que junto ao Poder Judiciário, em caso de turbacão, invasão, esbulho, depredação, dentre outros atos ilícitos praticados por terceiros, para pronta solução dos eventos, indenizando os prejuízos a que sua inércia venha a dar causa;
- IX. Emitir o "habite-se ou documento equivalente, em até 30(trinta) dias contados de data de conclusão das obras;

#### **CLÁUSULA QUATORZE – DAS OBRIGAÇÕES DO BENEFICIÁRIO:**

O **BENEFICIÁRIO** se compromete a:

- I. Apresentar os documentos solicitados.
- II. Participar de reunião com os demais selecionados, a ser promovida pelo **MUNICÍPIO**, com a finalidade exclusiva de constituir a "**COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS**", composta de no mínimo dois membros titulares e dois membros suplentes

J F O

Jarivé  
472  
JFO



indicados pelos beneficiários e um membro indicado pelo **MUNICÍPIO**, para a seleção da(o) **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO**.

- III. Participar das Assembleias de beneficiários, para tratar dos assuntos inerentes ao PMCMV.
- IV. Comparecer, quando convocado(a), à vistoria de entrega do imóvel, assinando a Declaração de Entrega pertinente.

#### **CLÁUSULA QUINZE – DAS VEDAÇÕES AO BENEFICIÁRIO:**

É vedado ao **BENEFICIÁRIO**, na vigência deste pacto:

- a) Ceder, alienar ou arrendar, de qualquer forma, no todo ou em parte, o imóvel objeto deste contrato, ou os direitos e obrigações decorrentes deste instrumento;
- b) Constituir ônus reais sobre o imóvel objeto deste instrumento;
- c) Deixar de apresentar, quando solicitado pelo **MUNICÍPIO**, recibos de pagamento dos tributos e encargos que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel objeto deste instrumento;
- d) Cometer falsidade em qualquer declaração feita perante o **MUNICÍPIO, ENTIDADE ORGANIZADORA** ou a **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**, notadamente as efetuadas para sua inclusão no PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA.

#### **CLÁUSULA DEZESSEIS – DA OUTORGA DO MANDATO**

Em caso de desídia, inexecução parcial ou total ou má prestação de serviços por parte da(o) **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO**, qualificada(o) no item “d” do Anexo I – Quadro Resumo, o **BENEFICIÁRIO** nomeia a **ENTIDADE ORGANIZADORA** sua procuradora, até a conclusão da obra, outorgando-lhe poderes para promover a substituição da(o) **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO**, no curso da obra, tantas vezes quantas forem necessárias para sua conclusão, sem que isso implique em qualquer tipo de repactuação ou qualquer ônus adicional para a **ENTIDADE ORGANIZADORA**.

#### **CLÁUSULA DEZESSETE – DAS DECLARAÇÕES**

Declara o **BENEFICIÁRIO** que:

- a) Responde, sob penas da lei, pela autenticidade dos documentos e veracidade das informações constantes no item “e” do Anexo I – Quadro Resumo, bem como das declarações firmadas e apresentadas para instrução do procedimento do Programa Minha Casa Minha Vida, estando ciente de que sua desconstituição implicará na rescisão automática deste Instrumento, exclusão do programa e acarretará na devolução da totalidade das subvenções concedidas destinadas à produção do imóvel, sob pena de inscrição na dívida ativa da União, sem prejuízo das penalidades previstas em lei.
- b) Sua renda familiar mensal não ultrapassa, no ato desta contratação, o valor de R\$1.600,00 (mil e seiscentos reais);
- c) Não é proprietário, cessionário, arrendatário, promitente comprador ou beneficiário de imóvel residencial em qualquer localidade do país, bem como não se beneficiou, a qualquer época com subsídios oriundos dos recursos orçamentários da União, ou com descontos habitacionais concedidos com recursos do FGTS, destinados a aquisição de unidade habitacional, exceto quando for o lote objeto de operação;

↑ ↑ 0

- d) Tem pleno conhecimento do projeto e memorial contendo as características da unidade habitacional ora contratada;
- e) Está ciente de que, se der causa à ineficácia do presente (em caso de desistência, transferência de domicílio residencial, não localização, etc.), seu registro no CADMUT será mantido, ficando impedido de usufruir de benefícios análogos em outros programas federais de habitação.
- f) Todas as perguntas e dúvidas quanto ao objeto e condições do presente foram prévia e devidamente esclarecidas;

#### **CLÁUSULA DEZOITO – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS**

Desde que efetivamente recebida do Ministério das Cidades, da **ENTIDADE ORGANIZADORA** e do **MUNICÍPIO**, e condicionado ao efetivo cumprimento do estabelecido no *caput* desta cláusula, pelo **MUNICÍPIO**, a somatória dos recursos financeiros mencionados nas alíneas “i.2”, “i.4” e “i.6” do Anexo I – Quadro Resumo serão liberados, diretamente à empresa construtora ou a quem lhe faça as vezes, sempre de acordo com o cronograma físico-financeiro da obra.

§1º - Na forma do disposto no item 3.1.1 do Anexo I da Portaria Interministerial MP/MF/MCD n.º 152/2012, o pagamento da primeira parcela de subvenção econômica somente será realizada mediante comprovação expressa pelo **MUNICÍPIO**, de que o terreno para a construção das unidades habitacionais e a contrapartida por esse(s) oferecida(s), estão devidamente assegurados.

§2º - O **MUNICÍPIO** e a **ENTIDADE ORGANIZADORA** se comprometem a fiscalizarem a aplicação dos recursos mencionados no parágrafo anterior, de acordo com o cronograma físico-financeiro, devendo, para tanto, acompanharem todas as medições das obras realizadas e sempre manifestando concordância por escrito, a cada pedido de repasse de recursos à **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**.

§3º - A última parcela do cronograma físico-financeiro não poderá ser inferior a 10%(dez por cento) do valor da subvenção federal e será liberada somente após a apresentação da Declaração de Conclusão da Obra com foto e do respectivo “Termo de Recebimento da Unidade Habitacional”, devidamente assinado pelo beneficiário, pelo **MUNICÍPIO**, e pela **ENTIDADE ORGANIZADORA**.

§4º - Ocorrendo atraso no andamento da construção, os valores das parcelas poderão permanecer bloqueados, total ou parcialmente, até o cumprimento da etapa prevista, podendo ser exigida a revisão do cronograma físico-financeiro, visando sua readequação e/ou reescalonamento das parcelas, hipótese em que o novo cronograma passará também a fazer parte integrante deste documento.

§5º - Detectada qualquer irregularidade nas obras, a **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO** somente efetuará a liberação dos recursos correspondentes, mediante a apresentação da prova da correção da ocorrência através de relatório específico, elaborado pela **ENTIDADE ORGANIZADORA** e endossado pela Comissão de Acompanhamento de Obras.

§6º - As liberações serão feitas, diretamente à empresa construtora, por meio de depósito em conta bancária, por ela aberta para essa finalidade específica, podendo a **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO** solicitar o extrato da referida conta, bem como todas as informações que se fizerem necessárias para o acompanhamento da correta aplicação dos recursos do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV.

§7º - Para as liberações previstas nesta cláusula, a Comissão de Acompanhamento de Obras deverá encaminhar solicitação à **ENTIDADE ORGANIZADORA**, que providenciará relatório de medição elaborado por profissional habilitado e regularmente inscrito no CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA – CREA, para que esta as solicite à **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**.

19 7 0

Yare 474 908

**CLÁUSULA DEZENOVE – DISPOSIÇÕES GERAIS**

PARÁGRAFO ÚNICO – Para as situações de reposições de unidades, compreendidas na modalidade isolada, o **MUNICÍPIO** e o **BENEFICIÁRIO** se comprometem com a demolição da unidade atual até o final da construção da nova unidade habitacional, sob pena, por parte do **BENEFICIÁRIO**, de ressarcimento do valor total do investimento da unidade habitacional, descrito na alínea “i7” do Anexo I – Quadro Resumo acrescido de 10% (dez por cento), atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC, a ser recolhida aos cofres da **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/ AGENTE FINANCEIRO**, para devolução ao Ministério das Cidades e à **ENTIDADE ORGANIZADORA**.

Nada mais havendo a tratar, firmam as partes o Anexo I – QUADRO RESUMO, que deste faz parte integrante para todos os efeitos legais.

J F O

**ANEXO I – QUADRO RESUMO – CONTRATO INDIVIDUAL DE BENEFICIÁRIO NO ÂMBITO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA**

a) **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO – Cooperativa Central De Crédito Rural Com Interação Solidária - CENTRAL CRESOL BASER**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.401.771/0001-53, sediada na Rua Nossa Senhora da Glória, 52 A – Bairro Congo, CEP 85.604-090 Francisco Beltrão, Estado do Paraná, neste ato representada na forma de seu Diretor Presidente, Sr. Vanderley Ziger, portador da cédula de identidade RG nº 4.178.812-7e inscrito no CPF sob nº 847.101.019-49 e pelo seu Diretor Financeiro, Sr. Alzimiro Thomé, portador da cédula de identidade RG nº 4.332.841-7e inscrito no CPF sob nº 589.434.559-68.

b) **MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA**, inscrito no CNPJ sob o n.º 77.774.867/0001-29, sediado na Praça Francisco de Assis Reis, 1060 - CEP 85540-000, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. Albari Guimorvan Fonseca dos Santos, portador da cédula de identidade RG nº 3.744.740-4/PR e inscrito no CPF/MF sob o n.º 545.849.579-91.

c) **ENTIDADE ORGANIZADORA- Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.592.807/0001 – 22, sediada na Rua Marechal Deodoro, 1133, Centro – Curitiba/PR – CEP 80060 – 010, neste ato representada na forma de seu Diretor Presidente, Sr. Mounir Chaowiche, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 2.082.899 – 4/PR e inscrito no CPF sob nº 394.463.109 – 97 e pelo seu Diretor de Programas e Obras, Sr. Luciano Valerio Bello Machado, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 2.158.649 – 8/PR e inscrito no CPF sob nº 435.041.169 – 00.

d) **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO – Incorporadora e Construtora Constrim Ltda – CONSTRIM ENGENHARIA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.422.838/0001 – 03 , com sede na Rua Professor Flaviano de Melo, nº 272, sala 3, Centro – Mogi das Cruzes/SP – CEP 08710-620, representada na forma de sua Sócia – Administradora, Sra. Sheila de Souza Cotrim, portadora da cédula de identidade RG nº 28.405.346 – 6 SSP/SP e inscrita no CPF sob nº 261.087.108 – 29.

e) **BENEFICIÁRIO(A)** – Terezinha Fatima de Oliveira, unida estavelmente, portador(a) do documento de identificação RG n.º 3.830.931-5 SSP/PR e inscrito(a) no CPF/MF sob o n.º 708.833.439-91; **CÔNJUGE** - José Correa, portador(a) do documento de identificação RG n.º 3.919.889 SSP/SC e inscrito(a) no CPF/MF sob o n.º 778.584.339-20.

f) **IMÓVEL OBJETO DESTES INSTRUMENTO** – Unidade Habitacional (isolada) discriminada no memorial descritivo, projeto arquitetônico e projetos complementares que fazem parte do dossiê técnico desta operação, pertencente ao (à) beneficiário(a) discriminado(a) no item “e” deste anexo.

g) **PRAZO PARA ENTREGA DA UNIDADE HABITACIONAL: 12 Meses**

h) **COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS (VALORES):**

i) **CONTRAPARTIDA**

h1. Terreno	R\$ 500,00	h6. Proteção, contenção e estabilização do solo	R\$ 100,00	i1. Contrapartida Bens/ Serv. (Estado)	R\$ 0,00
h2. Projeto	R\$ 0,00	h7. Infraestrutura	R\$ 200,00	i2. Contrapartida financeira (Estado)	R\$ 5.000,00
h3. Assistência Técnica	R\$ 0,00	h8. Edificação	R\$ 30.000,00	i3. Contrapartida Bens/ Serv. (Município)	R\$ 1.000,00
h4. Terraplanagem	R\$ 100,00	h9. Trabalho Social	R\$ 100,00	i4. Contrapartida financeira (Município)	R\$ 0,00
h5. Serviços Preliminares	R\$ 0,00			i5. Total da contrapartida	R\$ 6.000,00
				i6. Subvenção	R\$ 25.000,00
h10. Composição do Investimento (h1+h2+...+h9)			R\$ 31.000,00	i7. Valor Investimento Total (i5+i6)	R\$ 31.000,00

j) **DA OUTORGA DE MANDATO:** o(a) **BENEFICIÁRIO(A)** nomeia a **ENTIDADE ORGANIZADORA** sua procuradora, até a conclusão da obra, outorgando-lhe poderes, uma vez

F F O

constatada das hipóteses mencionadas na cláusula dezesseis do instrumento principal para promover a substituição da(o) **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO**, durante sua execução, tantas vezes quantas forem necessárias para seu término, sem que isso implique em qualquer tipo de repactuação, responsabilidade ou qualquer ônus adicional para a **ENTIDADE ORGANIZADORA**.

l) **DO FORO:** Fica eleito o foro do lugar do imóvel para dirimir eventuais questões deste oriundas.

Por estarem justos e acordados, assinam o presente em 5(cinco) vias, de igual teor e para um só efeito, depois de lido e achado conforme, na presença das testemunhas abaixo:

Mangueirinha, 11 de dezembro de 2012

**COHAPAR**  
Companhia de Habitação do Paraná

  
MOUNIR CHAOWICHE  
DIRETOR PRESIDENTE

**MOUNIR CHAOWICHE**  
Diretor – Presidente da COHAPAR



**ALBARI GUIMORVAN FONSECA DOS SANTOS**  
Prefeito Municipal de MANGUEIRINHA

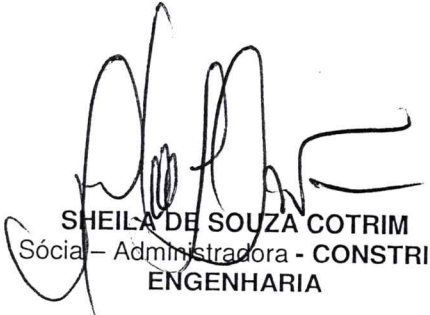
**COHAPAR**  
Companhia de Habitação do Paraná

  
LUCIANO VALERIO BELLO MACHADO  
DIRETOR DE PROGRAMAS E OBRAS

**LUCIANO VALERIO BELLO MACHADO**  
Diretor de Programas e Obras - COHAPAR



**VANDERLEY ZIGER**  
Diretor – Presidente - CENTRAL CRESOL BASER



**SHEILA DE SOUZA COTRIM**  
Sócia – Administradora - CONSTRIM  
ENGENHARIA



**ALZIMIRO THOMÉ**  
Diretor – Financeiro - CENTRAL CRESOL BASER

5 7 0

zav

477  
2012

*Terezinha Fatima de Oliveira*  
**TEREZINHA FATIMA DE OLIVEIRA**  
Beneficiário

*Jose Correa*  
**JOSÉ CORREA**  
Cônjuge

*[Signature]*  
**TESTEMUNHA 1**  
NOME: *Isico de Nello*  
CPF: *06747238990*

*[Signature]*  
**TESTEMUNHA 2**  
NOME: *Adãoilson Chagas*  
CPF: *01974921930*

**ANEXO II – CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO DA OBRA**

Obra	0%	15%	40%	65%	100%
Desenvolvimento Físico					
Desembolso Financeiro Contrapartida - COHAPAR	R\$ 1.250,00	+ R\$ 1.250,00 R\$ 2.500,00	+ R\$ 1.250,00 R\$ 3.750,00	+ R\$ 1.250,00 R\$ 5.000,00	-
Desembolso Financeiro Contrapartida – Município	25%	+25% 50%	+25% 75%	+25% 100%	-
Desembolso Financeiro Subvenção Federal - MCidades	R\$ 3.750,00	+ R\$ 6.250,00 R\$ 10.000,00	+ R\$ 6.250,00 R\$ 16.250,00	+ R\$ 6.250,00 R\$ 22.500,00	+ R\$ 2.500,00 R\$ 25.000,00

*J F O*

*[Signature]*  
Página 12 de 12  
*Jose*

*478*  
*[Signature]*

**PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA – PMCMV  
PARA MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO LIMITADA A 50.000 HABITANTES**

**CONTRATO INDIVIDUAL DO BENEFICIÁRIO – CIB Nº 992109-5**

Por este Instrumento Particular, por esta e na melhor forma de direito, com supedâneo no inciso III do artigo 2º, artigo 6º B da lei n.º 11.977 de 07 de julho de 2009, regulamentada pelo Decreto 7.499 de 16 de junho de 2011, na Portaria Interministerial n.º 152, de 09.04.2012 dos Ministérios de Estado da Fazenda, do Planejamento, Orçamento e Gestão e das Cidades e também das Portarias n.º 547 de 28 de novembro de 2011, n.º 228 de 28 de maio de 2012, n.º 235 de 01 de junho de 2012 e n.º 610, de 26 de dezembro de 2011, todas do Ministério de Estado das Cidades e considerando o quanto pactuado no **Termo de Acordo e Compromisso – TAC**, que a este se vincula e está jungido, firmado entre o(s) ente(s) público(s) e a instituição financeira/agente financeiro, para repasse da subvenção federal a ser concedida pela União, nos termos da legislação de regência do PMCMV e pelas contrapartidas estaduais e municipais a serem aportadas nos termos nele avençados, as partes qualificadas no Anexo I – Quadro Resumo convencionam o quanto estabelecido nas CLÁUSULAS abaixo, que mutuamente se outorgam, a saber:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

**1.1 Vínculo com o Anexo I – Quadro Resumo do instrumento particular.**

Estas cláusulas são complementares pelos elementos e dados individuais constantes no Anexo I – Quadro Resumo, compondo, para todos os fins, um único instrumento.

§ 1º - As partes contratantes declaram, expressamente, terem pleno conhecimento da legislação de regência do PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA – PMCMV, especialmente a aplicável aos municípios com população limitada a 50.000(cinquenta mil) habitantes e os beneficiários com renda familiar de até R\$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais).

§ 2º - A assinatura do beneficiário ou sua impressão digital, se analfabeto, acompanhada, neste último caso, da assinatura do rogante por ele indicado e devidamente qualificado na “Declaração de Analfabeto”, que é parte integrante do dossiê do beneficiário, ambas apostas no Anexo I – Quadro Resumo, que deste faz parte integrante e inseparável, significará sua plena ciência e concordância com estas condições e com os dados ali constantes.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS PARTES CONTRATANTES.**

**2.1 Constituem partes deste negócio jurídico:**

**2.1.1 PODER PÚBLICO, designado MUNICÍPIO.**

**2.1.2 BENEFICIÁRIO(A)** e, havendo, seu cônjuge ou companheiro(a), assim designada a pessoa física selecionada, pelo **MUNICÍPIO**, enquadrada nos requisitos estabelecidos na Portaria n.º 547/2011, Anexo I, item 4, e Portaria n.º 610/2011, ambas do Ministério de Estado das Cidades destinatária da unidade habitacional objeto do repasse da subvenção econômica, concedida pela União, Estados e Municípios no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida. De acordo com o item 4.1 do anexo I da Portaria nº 547/2011 supracitada, é vedada a participação no Programa de pessoas físicas que:

a) tenham sido beneficiadas, a qualquer época, com subsídios oriundos dos recursos orçamentários da União ou de descontos habitacionais concedidos com recursos do FGTS, excetuadas as subvenções ou descontos destinados à aquisição material de construção, para fins de conclusão, ampliação, reforma ou melhoria de unidade habitacional;

*Assinatura*  
*nome*

479  
JCB

b) sejam detentoras de financiamento imobiliário ativo em qualquer localidade do território nacional;  
ou

c) sejam proprietárias, cessionárias, arrendatárias dos programas do Governo Federal ou promitentes compradoras de imóvel residencial urbano ou rural.

**2.1.3 RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO**, assim designado a empresa construtora ou cooperativa ou profissional registrado no CREA, ora contratado(a) pelo **BENEFICIÁRIO**, para edificação da unidade habitacional de cunho social a ele destinada, descrita no item "f" do Anexo I – Quadro Resumo.

**2.1.4 INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**, devidamente autorizado pelo Banco Central do Brasil – BACEN e Ministério de Estado das Cidades a participar da operação de repasse dos recursos concedidos pela União, a título de Subvenção Econômica, na oferta pública homologada em 01 de Junho de 2012, pela portaria n.º 235/2012 do Ministério de Estado das Cidades, doravante denominada simplesmente **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**.

**2.1.5 COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ – COHAPAR**, doravante simplesmente denominado **ENTIDADE ORGANIZADORA**.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1 Constituem objeto do presente:

3.1.1 a contratação de **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO**, pelo **BENEFICIÁRIO**, para construção de unidade habitacional de cunho social, mencionada no item "f" do Anexo I – Quadro Resumo, dentro dos padrões estabelecidos pela legislação de regência do Programa Minha Casa Minha Vida, do Ministério das Cidades, com recursos advindo de cotas de subvenção econômica concedidas pela União;

3.1.2 as condições e procedimentos para o repasse, pela **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO** desses recursos federais, bem como das contrapartidas aportadas pelo **MUNICÍPIO** e pela **ENTIDADE ORGANIZADORA**, e as demais obrigações das partes contratantes.

### CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

4.1 O valor da operação é composto da somatória dos valores que compõe o investimento discriminados nos itens "h.1" a "h.9" do Anexo I – Quadro Resumo.

**4.1.1 Contrapartida** – a ser integralizada, pelo **MUNICÍPIO**, nas formas discriminadas nos itens "i.3" e "i.4" do Anexo I – Quadro Resumo, como condição prévia ao repasse mencionado no item "i.6" – **subvenção federal** do mesmo anexo.

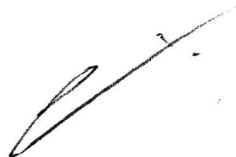
Obs.: Somente este item poderá ser inserido o valor do terreno, correspondente ao de aquisição, desapropriação ou avaliação, acrescido das correspondentes despesas de legalização;

**4.1.2 Subvenção econômica federal** – recursos financeiros, no montante de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), apresentado no item "i.6" do Anexo I – Quadro Resumo, concedidos pela União e repassados, pela **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**, desde que efetivamente recebidos do Ministério das Cidades, de acordo com a legislação de regência do PMCMV e o cronograma físico financeiro da obra, que deste faz parte integrante (anexo2).

§1º - O **BENEFICIÁRIO** está ciente e concorda que os valores mencionados nos itens "i.2", "i.4" e "i.6" desta cláusula sejam repassados, pela **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**, diretamente à (ao) **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO**, por ele escolhida(o) e contratada(o).

### CLÁUSULA QUINTA – DA CONTRAPARTIDA

*florian  
reanessa*



420  
908



O **MUNICÍPIO** se compromete aportar contrapartida, que poderá ser integralizada, alternativa ou cumulativamente;

a) Por bens e serviços economicamente mensuráveis, autorizados pelo Poder Legislativo e devidamente avaliados e comprovados pelo **MUNICÍPIO**, através de documentação pertinente, conforme itens "h.1" a "h.7" e "h.9" do Anexo I – Quadro Resumo deste instrumento.

b) Por recursos financeiros discriminados nos itens "i.3 e i.4" do Anexo I – Quadro Resumo deste instrumento, que serão depositados em conta corrente da **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**, na forma e prazos avençados entre esta e o **MUNICÍPIO** previamente, no Termo de Acordo e Compromisso firmado entre ambos.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA COMPOSIÇÃO DO INVESTIMENTO

6.1 A composição do investimento, evidenciada na alínea "h" e subitens respectivos do Anexo I – Quadro Resumo, corresponde aos custos individuais das obras e serviços necessários à edificação da unidade habitacional contratada, estabelecidos no projeto de engenharia e memorial descritivo.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR TOTAL DO INVESTIMENTO

O valor total de investimento, descrito na alínea "i.7" é composto pela somatória dos valores dos aportes de contrapartida financeira e bens e serviços, pelo **MUNICÍPIO** e pela **ENTIDADE ORGANIZADORA**, acrescido da subvenção federal.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO DA(O) RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO

Neste ato, o **BENEFICIÁRIO** contrata a(o) **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO**, qualificada(o) no item "d" do Anexo I – Quadro Resumo, para proceder a edificação da unidade habitacional, descrita no item "f" do Anexo I – Quadro Resumo deste instrumento, a ele destinada, pelo **regime de empreitada global, a preço fechado** descrito no item "h.8" do Anexo I – Quadro Resumo.

§1º - A(O) **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO** manifesta sua expressa ciência e concordância com o fato de que não caberão, em hipótese alguma, quaisquer acréscimos a revisões do preço ora acordado ou reajustes sobre os valores pagos ou a vencer, a que título for.

§2º - A(O) **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO**, na qualidade de responsável técnica(o) pela execução da obra e suas respectivas garantias inclusive, nos termos do artigo 618 do Código Civil, e a **ENTIDADE ORGANIZADORA** – esta, na qualidade de Agente fiscalizadora e responsável solidário – isentam a **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO** de qualquer responsabilidade advinda da execução da obra e da edificação, presente ou futura, bem como por eventuais defeitos constatados nas edificações, qualquer que seja o motivo e/ou a origem, durante e após sua construção.

#### CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA(O) RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO

Para a consecução do objeto deste Instrumento, obriga-se a(o) **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO** a:

- I. Iniciar as obras aqui compromissadas em até 90 (noventa) dias contados da emissão de sua autorização pela **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**.
- II. Obedecer às condições de habitabilidade, salubridade e padrão de qualidade, descritas nas normas editadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e afins.
- III. Fornecer, à **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO** e à **ENTIDADE ORGANIZADORA**, cadastro técnico completo da(o) **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO** e dos profissionais responsáveis pela execução da obra, bem como

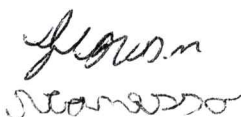
*Flavio*  
*riamesa*

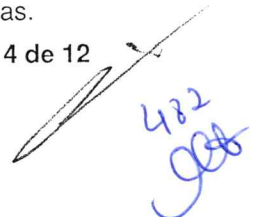
481  
*[Handwritten signature]*

- cadastro financeiro e técnico que certifiquem ser a(o) **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO** habilitada(o) técnica e financeiramente para execução das obras de edificação.
- IV. Observar, com rigor, os prazos estabelecidos no cronograma físico-financeiro da obra, que deste faz parte integrante (anexo 2), sob pena de incorrer nas penalidades descritas na cláusula dez.
- V. Emitir nota fiscal em nome do **BENEFICIÁRIO** a cada medição encaminhada à **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**, com vistas ao repasse da parcela dos recursos.
- VI. Apresentar quando exigido pela **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO** e pela **ENTIDADE ORGANIZADORA**, as vias de recolhimento dos tributos relativos à Nota Fiscal emitida em razão da medição anterior.
- VII. Apresentar em conjunto com o **ENTIDADE ORGANIZADORA**, em até 30(trinta) dias contados do término da construção, demonstrativo de evolução física e declaração de conclusão da obra, acompanhada da foto digital, de forma a comprovar individualmente a execução da totalidade das obras, para a liberação da última parcela dos recursos.
- VIII. Enviar, sempre que solicitado, por mensagem eletrônica (e-mail) ou por qualquer outro meio a exclusivo critério da **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO** e da **ENTIDADE ORGANIZADORA**, relatório de andamento da obra, conforme *layout*, fornecido pela **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO** em conjunto com a **ENTIDADE ORGANIZADORA**, no qual informará os serviços prestados no período, quantidade de funcionários alocados no canteiro de obras, ocorrências e quaisquer outros dados considerados relevantes.
- IX. Observar a legislação trabalhista e previdenciária em vigor, em suas relações com o quadro de operários contratados, para a execução da obra, ficando a **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**, **ENTIDADE ORGANIZADORA** e **MUNICÍPIO** isentos de qualquer responsabilidade a esse título, obrigando-se, ainda, caso a **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**, seus prepostos ou seus parceiros comerciais sejam demandados por qualquer motivo a que tenham dado causa, a requerer, imediatamente, a substituição processual, arcando com todo e qualquer prejuízo que a **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**, seus prepostos ou parceiros comerciais venham a ter, a que título for.
- X. Manter e conservar, em conjunto com o **MUNICÍPIO**, em local visível, preferencialmente no acesso principal da obra, placa indicativa da origem e destinação dos recursos, mantendo-a durante todo o período de execução das obras, conforme orientação contida no "Manual Visual de Placas de Obras" do Governo Federal, de acordo com a disposição contida no item 16.1 do Anexo I da Portaria Interministerial nº 484/2009, dos Ministérios das Cidades e da fazenda, sob pena de, não o fazendo, responsabilizar-se integralmente por todos os prejuízos advindos do descumprimento da determinação.

§1º - A **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO** e a **ENTIDADE ORGANIZADORA** não poderão ser responsabilizados por quaisquer fatos ou atos que venham a comprometer o andamento, a execução e/ou a qualidade das obras, inclusive as decorrentes das relações de trabalho existentes entre a construtora e a mão de obra por ela empregada para a execução das obras contratadas pelos beneficiários, incluindo encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e quaisquer outros a ela relativos.

§2º - É necessário que cada relatório de medição da obra seja realizado individualmente, para cada unidade habitacional, no modelo fornecido pela **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO** sendo cada relatório devidamente ilustrado com fotos digitais datadas e com as unidades identificadas, de modo que seja possível visualizar o estágio e a evolução das obras.





§3º - A última parcela prevista no cronograma físico-financeiro de obras, que deste faz integrante, somente será repassada à construtora, pela **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**, após a efetiva conclusão da obra e entrega das chaves ao beneficiário, cuja comprovação se dará por meio da emissão do "TERMO DE RECEBIMENTO DA OBRA", firmado pelas partes interessadas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES AO RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO**

O não cumprimento de quaisquer das obrigações assumidas neste instrumento, pelo **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO**, implicará na sua rescisão automática e sua substituição imediata, sem prejuízo da imposição de pena de multa de 10%(dez por cento) sobre os valores recebidos, corrigidos monetariamente e com a aplicação de juros de 12% a.a. (doze por cento ao ano), sobre o valor apurado, sem prejuízo das perdas e danos causados.

#### **CLÁUSULA ONZE – DAS OBRIGAÇÕES DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**

A **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO** se compromete a:

- I. Repassar os recursos apontados nos itens "i.2","i.4" e "i.6" efetivamente recebidos do **MUNICÍPIO, ENTIDADE ORGANIZADORA** e da Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, sempre de acordo com a realização do cronograma físico-financeiro que é parte integrante deste Instrumento (anexo 2) e mediante solicitação da **ENTIDADE ORGANIZADORA**, acompanhado do relatório de medição de obras, elaborado por profissional inscrito no **CREA**.
- II. Proceder, inclusive por meio de seus correspondentes, quando julgar necessário, à vistoria das obras de construção da unidade habitacional, aqui contratada, sem que isso configure a assunção de qualquer responsabilidade a esse título.
- III. Incluir o **BENEFICIÁRIO** no Cadastro Nacional de Mutuários – CADMUT.

#### **CLÁUSULA DOZE – DAS OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ORGANIZADORA**

São obrigações da **ENTIDADE ORGANIZADORA**:

- I. Efetuar aporte de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por unidade habitacional, como contrapartida, conforme cronograma físico – financeiro que deste faz parte integrante (anexo 2);
- II. Auxiliar o **MUNICÍPIO** na redução do custo de implantação das redes de abastecimento de água e esgotamento sanitário junto a Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, bem como na elaboração dos respectivos projetos;
- III. Auxiliar o **MUNICÍPIO** na obtenção da redução de custo com o padrão de entrada de energia junto a COPEL, bem como na elaboração dos respectivos projetos;
- IV. Elaborar quando solicitado o projeto urbanístico e de implantação;
- V. Permitir a utilização pelo **MUNICÍPIO** dos seus projetos habitacionais padrões;
- VI. Orientar e fiscalizar a execução das moradias;
- VII. Para cumprimento de suas atribuições, a **ENTIDADE ORGANIZADORA** poderá formalizar termos de cooperação e convênios com terceiros;

- VIII. Coordenar, juntamente com os beneficiários, a constituição de Comissão de Acompanhamento de Obras, composta por 2 (dois) beneficiários titulares, 2 (dois) suplentes e 1 (um) representante do **MUNICÍPIO**.

#### **CLÁUSULA TREZE – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

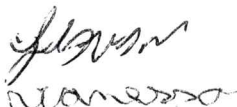
Incumbe ao **MUNICÍPIO**:

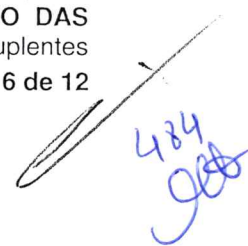
- I. Desenvolver as atividades de planejamento, elaboração, implementação do empreendimento, regularização da documentação, organização de grupos, acompanhamento da contratação;
- II. Efetuar a infraestrutura do empreendimento, que constará de:
  - Vias de acesso em condições de tráfego de veículos;
  - Sistema de abastecimento de água;
  - Solução de esgotamento sanitário;
  - Energia elétrica e iluminação pública;
- III. Coordenar a participação de todos os envolvidos na execução do empreendimento, de forma a assegurar sincronia e harmonia na implementação do projeto;
- IV. Prestar assistência jurídico administrativa aos Beneficiários, apresentando as informações e esclarecimentos necessários à obtenção da Subvenção Econômica, suas condições e finalidade;
- V. Promover a legalização do empreendimento perante os órgãos competentes, notadamente no que diz respeito à averbação da construção e individualização das unidades, se for o caso, obrigando-se, inclusive, no que diz respeito às condições de habitabilidade;
- VI. Integralizar a contrapartida, através de recursos financeiros, bens ou serviços economicamente mensuráveis, descritos e pormenorizados nos itens "i.3" e "i.4" do Anexo I – Quadro Resumo;
- VII. Promover a regularização fundiária do imóvel ora contratado, e seu respectivo registro, nos termos das Seções I, II, III, IV e V, do capítulo III, da lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009 e na lei 10.257, de 10 de julho de 2001, sendo certo que a **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/ AGENTE FINANCEIRO** fica, desde já, isenta de qualquer responsabilidade a esse título;
- VIII. Responsabilizar-se, o **MUNICÍPIO** – seja ele ou não o proponente – pela segurança, guarda e manutenção das unidades habitacionais, até sua efetiva entrega ao beneficiário, tomando providências imediatas, ainda que junto ao Poder Judiciário, em caso de turbação, invasão, esbulho, depredação, dentre outros atos ilícitos praticados por terceiros, para pronta solução dos eventos, indenizando os prejuízos a que sua inércia venha a dar causa;
- IX. Emitir o "habite-se ou documento equivalente, em até 30(trinta) dias contados de data de conclusão das obras;

#### **CLÁUSULA QUATORZE – DAS OBRIGAÇÕES DO BENEFICIÁRIO:**

O **BENEFICIÁRIO** se compromete a:

- I. Apresentar os documentos solicitados.
- II. Participar de reunião com os demais selecionados, a ser promovida pelo **MUNICÍPIO**, com a finalidade exclusiva de constituir a "**COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS**", composta de no mínimo dois membros titulares e dois membros suplentes





indicados pelos beneficiários e um membro indicado pelo **MUNICÍPIO**, para a seleção da(o) **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO**.

- III. Participar das Assembleias de beneficiários, para tratar dos assuntos inerentes ao PMCMV.
- IV. Comparecer, quando convocado(a), à vistoria de entrega do imóvel, assinando a Declaração de Entrega pertinente.

#### **CLÁUSULA QUINZE – DAS VEDAÇÕES AO BENEFICIÁRIO:**

É vedado ao **BENEFICIÁRIO**, na vigência deste pacto:

- a) Ceder, alienar ou arrendar, de qualquer forma, no todo ou em parte, o imóvel objeto deste contrato, ou os direitos e obrigações decorrentes deste instrumento;
- b) Constituir ônus reais sobre o imóvel objeto deste instrumento;
- c) Deixar de apresentar, quando solicitado pelo **MUNICÍPIO**, recibos de pagamento dos tributos e encargos que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel objeto deste instrumento;
- d) Cometer falsidade em qualquer declaração feita perante o **MUNICÍPIO, ENTIDADE ORGANIZADORA** ou a **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**, notadamente as efetuadas para sua inclusão no PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA.

#### **CLÁUSULA DEZESSEIS – DA OUTORGA DO MANDATO**

Em caso de desídia, inexecução parcial ou total ou má prestação de serviços por parte da(o) **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO**, qualificada(o) no item “d” do Anexo I – Quadro Resumo, o **BENEFICIÁRIO** nomeia a **ENTIDADE ORGANIZADORA** sua procuradora, até a conclusão da obra, outorgando-lhe poderes para promover a substituição da(o) **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO**, no curso da obra, tantas vezes quantas forem necessárias para sua conclusão, sem que isso implique em qualquer tipo de repactuação ou qualquer ônus adicional para a **ENTIDADE ORGANIZADORA**.

#### **CLÁUSULA DEZESSETE – DAS DECLARAÇÕES**

Declara o **BENEFICIÁRIO** que:

- a) Responde, sob penas da lei, pela autenticidade dos documentos e veracidade das informações constantes no item “e” do Anexo I – Quadro Resumo, bem como das declarações firmadas e apresentadas para instrução do procedimento do Programa Minha Casa Minha Vida, estando ciente de que sua desconstituição implicará na rescisão automática deste Instrumento, exclusão do programa e acarretará na devolução da totalidade das subvenções concedidas destinadas à produção do imóvel, sob pena de inscrição na dívida ativa da União, sem prejuízo das penalidades previstas em lei.
- b) Sua renda familiar mensal não ultrapassa, no ato desta contratação, o valor de R\$1.600,00 (mil e seiscentos reais);
- c) Não é proprietário, cessionário, arrendatário, promitente comprador ou beneficiário de imóvel residencial em qualquer localidade do país, bem como não se beneficiou, a qualquer época com subsídios oriundos dos recursos orçamentários da União, ou com descontos habitacionais concedidos com recursos do FGTS, destinados a aquisição de unidade habitacional, exceto quando for o lote objeto de operação;

- d) Tem pleno conhecimento do projeto e memorial contendo as características da unidade habitacional ora contratada;
- e) Está ciente de que, se der causa à ineficácia do presente (em caso de desistência, transferência de domicílio residencial, não localização, etc.), seu registro no CADMUT será mantido, ficando impedido de usufruir de benefícios análogos em outros programas federais de habitação.
- f) Todas as perguntas e dúvidas quanto ao objeto e condições do presente foram prévia e devidamente esclarecidas;

#### **CLÁUSULA DEZOITO – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS**

Desde que efetivamente recebida do Ministério das Cidades, da **ENTIDADE ORGANIZADORA** e do **MUNICÍPIO**, e condicionado ao efetivo cumprimento do estabelecido no *caput* desta cláusula, pelo **MUNICÍPIO**, a somatória dos recursos financeiros mencionados nas alíneas “i.2”, “i.4” e “i.6” do Anexo I – Quadro Resumo serão liberados, diretamente à empresa construtora ou a quem lhe faça as vezes, sempre de acordo com o cronograma físico-financeiro da obra.

§1º - Na forma do disposto no item 3.1.1 do Anexo I da Portaria Interministerial MP/MF/MCD n.º 152/2012, o pagamento da primeira parcela de subvenção econômica somente será realizada mediante comprovação expressa pelo **MUNICÍPIO**, de que o terreno para a construção das unidades habitacionais e a contrapartida por esse(s) oferecida(s), estão devidamente assegurados.

§2º - O **MUNICÍPIO** e a **ENTIDADE ORGANIZADORA** se comprometem a fiscalizarem a aplicação dos recursos mencionados no parágrafo anterior, de acordo com o cronograma físico-financeiro, devendo, para tanto, acompanharem todas as medições das obras realizadas e sempre manifestando concordância por escrito, a cada pedido de repasse de recursos à **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**.

§3º - A última parcela do cronograma físico-financeiro não poderá ser inferior a 10%(dez por cento) do valor da subvenção federal e será liberada somente após a apresentação da Declaração de Conclusão da Obra com foto e do respectivo “Termo de Recebimento da Unidade Habitacional”, devidamente assinado pelo beneficiário, pelo **MUNICÍPIO**, e pela **ENTIDADE ORGANIZADORA**.

§4º - Ocorrendo atraso no andamento da construção, os valores das parcelas poderão permanecer bloqueados, total ou parcialmente, até o cumprimento da etapa prevista, podendo ser exigida a revisão do cronograma físico-financeiro, visando sua readequação e/ou reescalamento das parcelas, hipótese em que o novo cronograma passará também a fazer parte integrante deste documento.

§5º - Detectada qualquer irregularidade nas obras, a **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO** somente efetuará a liberação dos recursos correspondentes, mediante a apresentação da prova da correção da ocorrência através de relatório específico, elaborado pela **ENTIDADE ORGANIZADORA** e endossado pela Comissão de Acompanhamento de Obras.

§6º - As liberações serão feitas, diretamente à empresa construtora, por meio de depósito em conta bancária, por ela aberta para essa finalidade específica, podendo a **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO** solicitar o extrato da referida conta, bem como todas as informações que se fizerem necessárias para o acompanhamento da correta aplicação dos recursos do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV.

§7º - Para as liberações previstas nesta cláusula, a Comissão de Acompanhamento de Obras deverá encaminhar solicitação à **ENTIDADE ORGANIZADORA**, que providenciará relatório de medição elaborado por profissional habilitado e regularmente inscrito no CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA – CREA, para que esta as solicite à **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**.

#### CLÁUSULA DEZENOVE – DISPOSIÇÕES GERAIS

PARÁGRAFO ÚNICO – Para as situações de reposições de unidades, compreendidas na modalidade isolada, o **MUNICÍPIO** e o **BENEFICIÁRIO** se comprometem com a demolição da unidade atual até o final da construção da nova unidade habitacional, sob pena, por parte do **BENEFICIÁRIO**, de ressarcimento do valor total do investimento da unidade habitacional, descrito na alínea “i7” do Anexo I – Quadro Resumo acrescido de 10% (dez por cento), atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC, a ser recolhida aos cofres da **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/ AGENTE FINANCEIRO**, para devolução ao Ministério das Cidades e à **ENTIDADE ORGANIZADORA**.

Nada mais havendo a tratar, firmam as partes o Anexo I – QUADRO RESUMO, que deste faz parte integrante para todos os efeitos legais.

**ANEXO I – QUADRO RESUMO – CONTRATO INDIVIDUAL DE BENEFICIÁRIO NO ÂMBITO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA**

a) **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO – Cooperativa Central De Crédito Rural Com Interação Solidária - CENTRAL CRESOL BASER**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.401.771/0001-53, sediada na Rua Nossa Senhora da Glória, 52 A – Bairro Cango, CEP 85.604-090 Francisco Beltrão, Estado do Paraná, neste ato representada na forma de seu Diretor Presidente, Sr. Vanderley Ziger, portador da cédula de identidade RG nº 4.178.812-7e inscrito no CPF sob nº 847.101.019-49 e pelo seu Diretor Financeiro, Sr. Alzimiro Thomé, portador da cédula de identidade RG nº 4.332.841-7e inscrito no CPF sob nº 589.434.559-68.

b) **MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA**, inscrito no CNPJ sob o n.º 77.774.867/0001-29, sediado na Praça Francisco de Assis Reis, 1060 - CEP 85540-000, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. Albari Guimorvan Fonseca dos Santos, portador da cédula de identidade RG nº 3.744.740-4/PR e inscrito no CPF/MF sob o n.º 545.849.579-91.

c) **ENTIDADE ORGANIZADORA- Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.592.807/0001 – 22, sediada na Rua Marechal Deodoro, 1133, Centro – Curitiba/PR – CEP 80060 – 010, neste ato representada na forma de seu Diretor Presidente, Sr. Mounir Chaowiche, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 2.082.899 – 4/PR e inscrito no CPF sob nº 394.463.109 – 97 e pelo seu Diretor de Programas e Obras, Sr. Luciano Valerio Bello Machado, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 2.158.649 – 8/PR e inscrito no CPF sob nº 435.041.169 – 00.

d) **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO – Incorporadora e Construtora Constrim Ltda – CONSTRIM ENGENHARIA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.422.838/0001 – 03 , com sede na Rua Professor Flaviano de Melo, nº 272, sala 3, Centro – Mogi das Cruzes/SP – CEP 08710-620, representada na forma de sua Sócia – Administradora, Sra. Sheila de Souza Cotrim, portadora da cédula de identidade RG nº 28.405.346 – 6 SSP/SP e inscrita no CPF sob nº 261.087.108 – 29.

e) **BENEFICIÁRIO(A)** – Vanessa de Fatima Correa, unida estavelmente, portador(a) do documento de identificação RG n.º 13.047.723-2 SESP/PR e inscrito(a) no CPF/MF sob o n.º 096.247.189-54; **CÔNJUGE** - Jeovan da Luz da Silva, portador(a) do documento de identificação RG n.º 9.637.113-6 SESP/PR e inscrito(a) no CPF/MF sob o n.º 052.199.669-44.

f) **IMÓVEL OBJETO DESTES INSTRUMENTOS** – Unidade Habitacional (isolada) discriminada no memorial descritivo, projeto arquitetônico e projetos complementares que fazem parte do dossiê técnico desta operação, pertencente ao (à) beneficiário(a) discriminado(a) no item “e” deste anexo.

g) **PRAZO PARA ENTREGA DA UNIDADE HABITACIONAL:** 12 Meses

h) **COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS (VALORES):**

i) **CONTRAPARTIDA**

h1. Terreno	R\$ 500,00	h6. Proteção, contenção e estabilização do solo	R\$ 100,00	i1. Contrapartida Bens/ Serv. (Estado)	R\$ 0,00
h2. Projeto	R\$ 0,00	h7. Infraestrutura	R\$ 200,00	i2. Contrapartida financeira (Estado)	R\$ 5.000,00
h3. Assistência Técnica	R\$ 0,00	h8. Edificação	R\$ 30.000,00	i3. Contrapartida Bens/ Serv. (Município)	R\$ 1.000,00
h4. Terraplanagem	R\$ 100,00	h9. Trabalho Social	R\$ 100,00	i4. Contrapartida financeira (Município)	R\$ 0,00
h5. Serviços Preliminares	R\$ 0,00			i5. Total da contrapartida	R\$ 6.000,00
				i6. Subvenção	R\$ 25.000,00
h10. Composição do Investimento (h1+h2+...+h9)	R\$ 31.000,00			i7. Valor Investimento Total (i5+i6)	R\$ 31.000,00

j) **DA OUTORGA DE MANDATO:** o(a) **BENEFICIÁRIO(A)** nomeia a **ENTIDADE ORGANIZADORA** sua procuradora, até a conclusão da obra, outorgando-lhe poderes, uma vez

*Vanessa*

*488*  
*[assinatura]*



constatada das hipóteses mencionadas na cláusula dezesseis do instrumento principal para promover a substituição da(o) **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO**, durante sua execução, tantas vezes quantas forem necessárias para seu término, sem que isso implique em qualquer tipo de repactuação, responsabilidade ou qualquer ônus adicional para a **ENTIDADE ORGANIZADORA**.

l) **DO FORO:** Fica eleito o foro do lugar do imóvel para dirimir eventuais questões deste oriundas.

Por estarem justos e acordados, assinam o presente em 5(cinco) vias, de igual teor e para um só efeito, depois de lido e achado conforme, na presença das testemunhas abaixo:

Mangueirinha, 11 de *dezembro* de 2012

**COHAPAR**  
Companhia de Habitação do Paraná

  
MOUNIR CHAOWICHE  
DIRETOR PRESIDENTE

**MOUNIR CHAOWICHE**  
Diretor – Presidente da COHAPAR

**ALBARI GUIMORVAN FONSECA DOS SANTOS**  
Prefeito Municipal de MANGUEIRINHA

**COHAPAR**  
Companhia de Habitação do Paraná

  
LUCIANO VALERIO BELLO MACHADO  
DIRETOR DE PROGRAMAS E OBRAS

**LUCIANO VALERIO BELLO MACHADO**  
Diretor de Programas e Obras - COHAPAR

*p. p/ a.*  
**VANDERLEY ZIGER**  
Diretor – Presidente - CENTRAL CRESOL BASER

  
**SHEILA DE SOUZA COTRIM**  
Sócia – Administradora - CONSTRIM  
ENGENHARIA

*p. p/ a.*  
**ALZIMIRO THOMÉ**  
Diretor – Financeiro - CENTRAL CRESOL BASER

*Vanessa de Fatima Correa*  
**VANESSA DE FATIMA CORREA**  
Beneficiário

*Jevan da Luz da Silva*  
**JEOVAN DA LUZ DA SILVA**  
Cônjuge

*[Signature]*  
**TESTEMUNHA 1**  
NOME: *Francisco de Mello*  
CPF: *067472389-90*

*[Signature]*  
**TESTEMUNHA 2**  
NOME: *Leizandra Queiroz*  
CPF: *058.376.879-62*

**ANEXO II – CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO DA OBRA**

Obra Desenvolvimento Físico	0%	15%	40%	65%	100%
Desembolso Financeiro Contrapartida - COHAPAR	R\$ 1.250,00	+ R\$ 1.250,00 R\$ 2.500,00	+ R\$ 1.250,00 R\$ 3.750,00	+ R\$ 1.250,00 R\$ 5.000,00	-
Desembolso Financeiro Contrapartida – Município	25%	+25% 50%	+25% 75%	+25% 100%	-
Desembolso Financeiro Subvenção Federal - MCidades	R\$ 3.750,00	+ R\$ 6.250,00 R\$ 10.000,00	+ R\$ 6.250,00 R\$ 16.250,00	+ R\$ 6.250,00 R\$ 22.500,00	+ R\$ 2.500,00 R\$ 25.000,00

**PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA – PMCMV  
PARA MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO LIMITADA A 50.000 HABITANTES**

**CONTRATO INDIVIDUAL DO BENEFICIÁRIO – CIB Nº 992113-3**

Por este Instrumento Particular, por esta e na melhor forma de direito, com supedâneo no inciso III do artigo 2º, artigo 6º B da lei n.º 11.977 de 07 de julho de 2009, regulamentada pelo Decreto 7.499 de 16 de junho de 2011, na Portaria Interministerial n.º 152, de 09.04.2012 dos Ministérios de Estado da Fazenda, do Planejamento, Orçamento e Gestão e das Cidades e também das Portarias n.º 547 de 28 de novembro de 2011, n.º 228 de 28 de maio de 2012, n.º 235 de 01 de junho de 2012 e n.º 610, de 26 de dezembro de 2011, todas do Ministério de Estado das Cidades e considerando o quanto pactuado no **Termo de Acordo e Compromisso – TAC**, que a este se vincula e está jungido, firmado entre o(s) ente(s) público(s) e a instituição financeira/agente financeiro, para repasse da subvenção federal a ser concedida pela União, nos termos da legislação de regência do PMCMV e pelas contrapartidas estaduais e municipais a serem aportadas nos termos nele avençados, as partes qualificadas no Anexo I – Quadro Resumo convencionam o quanto estabelecido nas CLÁUSULAS abaixo, que mutuamente se outorgam, a saber:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

**1.1 Vínculo com o Anexo I – Quadro Resumo do instrumento particular.**

Estas cláusulas são complementares pelos elementos e dados individuais constantes no Anexo I – Quadro Resumo, compondo, para todos os fins, um único instrumento.

§ 1º - As partes contratantes declaram, expressamente, terem pleno conhecimento da legislação de regência do PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA – PMCMV, especialmente a aplicável aos municípios com população limitada a 50.000(cinquenta mil) habitantes e os beneficiários com renda familiar de até R\$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais).

§ 2º - A assinatura do beneficiário ou sua impressão digital, se analfabeto, acompanhada, neste último caso, da assinatura do rogante por ele indicado e devidamente qualificado na “Declaração de Analfabeto”, que é parte integrante do dossiê do beneficiário, ambas apostas no Anexo I – Quadro Resumo, que deste faz parte integrante e inseparável, significará sua plena ciência e concordância com estas condições e com os dados ali constantes.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS PARTES CONTRATANTES.**

**2.1 Constituem partes deste negócio jurídico:**

**2.1.1 PODER PÚBLICO, designado MUNICÍPIO.**

**2.1.2 BENEFICIÁRIO(A)** e, havendo, seu cônjuge ou companheiro(a), assim designada a pessoa física selecionada, pelo **MUNICÍPIO**, enquadrada nos requisitos estabelecidos na Portaria n.º 547/2011, Anexo I, item 4, e Portaria n.º 610/2011, ambas do Ministério de Estado das Cidades destinatária da unidade habitacional objeto do repasse da subvenção econômica, concedida pela União, Estados e Municípios no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida. De acordo com o item 4.1 do anexo I da Portaria n.º 547/2011 supracitada, é vedada a participação no Programa de pessoas físicas que:

a) tenham sido beneficiadas, a qualquer época, com subsídios oriundos dos recursos orçamentários da União ou de descontos habitacionais concedidos com recursos do FGTS, excetuadas as subvenções ou descontos destinados à aquisição material de construção, para fins de conclusão, ampliação, reforma ou melhoria de unidade habitacional;

*J. J. J.*

491  
J. J. J.

b) sejam detentoras de financiamento imobiliário ativo em qualquer localidade do território nacional;  
ou

c) sejam proprietárias, cessionárias, arrendatárias dos programas do Governo Federal ou promitentes compradoras de imóvel residencial urbano ou rural.

**2.1.3 RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO**, assim designado a empresa construtora ou cooperativa ou profissional registrado no CREA, ora contratado(a) pelo **BENEFICIÁRIO**, para edificação da unidade habitacional de cunho social a ele destinada, descrita no item "f" do Anexo I – Quadro Resumo.

**2.1.4 INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**, devidamente autorizado pelo Banco Central do Brasil – BACEN e Ministério de Estado das Cidades a participar da operação de repasse dos recursos concedidos pela União, a título de Subvenção Econômica, na oferta pública homologada em 01 de Junho de 2012, pela portaria n.º 235/2012 do Ministério de Estado das Cidades, doravante denominada simplesmente **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**.

**2.1.5 COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ – COHAPAR**, doravante simplesmente denominado **ENTIDADE ORGANIZADORA**.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

**3.1** Constituem objeto do presente:

3.1.1 a contratação de **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO**, pelo **BENEFICIÁRIO**, para construção de unidade habitacional de cunho social, mencionada no item "f" do Anexo I – Quadro Resumo, dentro dos padrões estabelecidos pela legislação de regência do Programa Minha Casa Minha Vida, do Ministério das Cidades, com recursos advindo de cotas de subvenção econômica concedidas pela União;

3.1.2 as condições e procedimentos para o repasse, pela **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO** desses recursos federais, bem como das contrapartidas aportadas pelo **MUNICÍPIO** e pela **ENTIDADE ORGANIZADORA**, e as demais obrigações das partes contratantes.

### CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

**4.1** O valor da operação é composto da somatória dos valores que compõe o investimento discriminados nos itens "h.1" a "h.9" do Anexo I – Quadro Resumo.

**4.1.1 Contrapartida** – a ser integralizada, pelo **MUNICÍPIO**, nas formas discriminadas nos itens "i.3" e "i.4" do Anexo I – Quadro Resumo, como condição prévia ao repasse mencionado no item "i.6" – **subvenção federal** do mesmo anexo.

Obs.: Somente este item poderá ser inserido o valor do terreno, correspondente ao de aquisição, desapropriação ou avaliação, acrescido das correspondentes despesas de legalização;

**4.1.2 Subvenção econômica federal** – recursos financeiros, no montante de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), apresentado no item "i.6" do Anexo I – Quadro Resumo, concedidos pela União e repassados, pela **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**, desde que efetivamente recebidos do Ministério das Cidades, de acordo com a legislação de regência do PMCMV e o cronograma físico financeiro da obra, que deste faz parte integrante (anexo2).

§1º - O **BENEFICIÁRIO** está ciente e concorda que os valores mencionados nos itens "i.2", "i.4" e "i.6" desta cláusula sejam repassados, pela **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**, diretamente à (ao) **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO**, por ele escolhida(o) e contratada(o).

### CLÁUSULA QUINTA – DA CONTRAPARTIDA

*Venici*

*492*  
*988*

O **MUNICÍPIO** se compromete aportar contrapartida, que poderá ser integralizada, alternativa ou cumulativamente;

a) Por bens e serviços economicamente mensuráveis, autorizados pelo Poder Legislativo e devidamente avaliados e comprovados pelo **MUNICÍPIO**, através de documentação pertinente, conforme itens "h.1" a "h.7" e "h.9" do Anexo I – Quadro Resumo deste instrumento.

b) Por recursos financeiros discriminados nos itens "i.3 e i.4" do Anexo I – Quadro Resumo deste instrumento, que serão depositados em conta corrente da **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**, na forma e prazos avençados entre esta e o **MUNICÍPIO** previamente, no Termo de Acordo e Compromisso firmado entre ambos.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA COMPOSIÇÃO DO INVESTIMENTO

6.1 A composição do investimento, evidenciada na alínea "h" e subitens respectivos do Anexo I – Quadro Resumo, corresponde aos custos individuais das obras e serviços necessários à edificação da unidade habitacional contratada, estabelecidos no projeto de engenharia e memorial descritivo.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR TOTAL DO INVESTIMENTO

O valor total de investimento, descrito na alínea "i.7" é composto pela somatória dos valores dos aportes de contrapartida financeira e bens e serviços, pelo **MUNICÍPIO** e pela **ENTIDADE ORGANIZADORA**, acrescido da subvenção federal.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO DA(O) RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO

Neste ato, o **BENEFICIÁRIO** contrata a(o) **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO**, qualificada(o) no item "d" do Anexo I – Quadro Resumo, para proceder a edificação da unidade habitacional, descrita no item "f" do Anexo I – Quadro Resumo deste instrumento, a ele destinada, pelo **regime de empreitada global**, a preço fechado descrito no item "h.8" do Anexo I – Quadro Resumo.

§1º - A(O) **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO** manifesta sua expressa ciência e concordância com o fato de que não caberão, em hipótese alguma, quaisquer acréscimos a revisões do preço ora acordado ou reajustes sobre os valores pagos ou a vencer, a que título for.

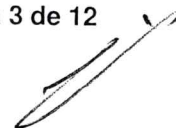
§2º - A(O) **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO**, na qualidade de responsável técnica(o) pela execução da obra e suas respectivas garantias inclusive, nos termos do artigo 618 do Código Civil, e a **ENTIDADE ORGANIZADORA** – esta, na qualidade de Agente fiscalizadora e responsável solidário – isentam a **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO** de qualquer responsabilidade advinda da execução da obra e da edificação, presente ou futura, bem como por eventuais defeitos constatados nas edificações, qualquer que seja o motivo e/ou a origem, durante e após sua construção.

#### CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA(O) RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO

Para a consecução do objeto deste Instrumento, obriga-se a(o) **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO** a:

- I. Iniciar as obras aqui compromissadas em até 90 (noventa) dias contados da emissão de sua autorização pela **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**.
- II. Obedecer às condições de habitabilidade, salubridade e padrão de qualidade, descritas nas normas editadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e afins.

*Veneri*



- III. Fornecer, à **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO** e à **ENTIDADE ORGANIZADORA**, cadastro técnico completo da(o) **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO** e dos profissionais responsáveis pela execução da obra, bem como cadastro financeiro e técnico que certifiquem ser a(o) **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO** habilitada(o) técnica e financeiramente para execução das obras de edificação.
- IV. Observar, com rigor, os prazos estabelecidos no cronograma físico-financeiro da obra, que deste faz parte integrante (anexo 2), sob pena de incorrer nas penalidades descritas na cláusula dez.
- V. Emitir nota fiscal em nome do **BENEFICIÁRIO** a cada medição encaminhada à **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**, com vistas ao repasse da parcela dos recursos.
- VI. Apresentar quando exigido pela **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO** e pela **ENTIDADE ORGANIZADORA**, as vias de recolhimento dos tributos relativos à Nota Fiscal emitida em razão da medição anterior.
- VII. Apresentar em conjunto com o **ENTIDADE ORGANIZADORA**, em até 30(trinta) dias contados do término da construção, demonstrativo de evolução física e declaração de conclusão da obra, acompanhada da foto digital, de forma a comprovar individualmente a execução da totalidade das obras, para a liberação da última parcela dos recursos.
- VIII. Enviar, sempre que solicitado, por mensagem eletrônica (e-mail) ou por qualquer outro meio a exclusivo critério da **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO** e da **ENTIDADE ORGANIZADORA**, relatório de andamento da obra, conforme *layout*, fornecido pela **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO** em conjunto com a **ENTIDADE ORGANIZADORA**, no qual informará os serviços prestados no período, quantidade de funcionários alocados no canteiro de obras, ocorrências e quaisquer outros dados considerados relevantes.
- IX. Observar a legislação trabalhista e previdenciária em vigor, em suas relações com o quadro de operários contratados, para a execução da obra, ficando a **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**, **ENTIDADE ORGANIZADORA** e **MUNICÍPIO** isentos de qualquer responsabilidade a esse título, obrigando-se, ainda, caso a **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**, seus prepostos ou seus parceiros comerciais sejam demandados por qualquer motivo a que tenham dado causa, a requerer, imediatamente, a substituição processual, arcando com todo e qualquer prejuízo que a **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**, seus prepostos ou parceiros comerciais venham a ter, a que título for.
- X. Manter e conservar, em conjunto com o **MUNICÍPIO**, em local visível, preferencialmente no acesso principal da obra, placa indicativa da origem e destinação dos recursos, mantendo-a durante todo o período de execução das obras, conforme orientação contida no "Manual Visual de Placas de Obras" do Governo Federal, de acordo com a disposição contida no item 16.1 do Anexo I da Portaria Interministerial nº 484/2009, dos Ministérios das Cidades e da fazenda, sob pena de, não o fazendo, responsabilizar-se integralmente por todos os prejuízos advindos do descumprimento da determinação.

§1º - A **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO** e a **ENTIDADE ORGANIZADORA** não poderão ser responsabilizados por quaisquer fatos ou atos que venham a comprometer o andamento, a execução e/ou a qualidade das obras, inclusive as decorrentes das relações de trabalho existentes entre a construtora e a mão de obra por ela empregada para a execução das obras contratadas pelos beneficiários, incluindo encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e quaisquer outros a ela relativos.





§2º - É necessário que cada relatório de medição da obra seja realizado individualmente, para cada unidade habitacional, no modelo fornecido pela **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO** sendo cada relatório devidamente ilustrado com fotos digitais datadas e com as unidades identificadas, de modo que seja possível visualizar o estágio e a evolução das obras.

§3º - A última parcela prevista no cronograma físico-financeiro de obras, que deste faz integrante, somente será repassada à construtora, pela **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**, após a efetiva conclusão da obra e entrega das chaves ao beneficiário, cuja comprovação se dará por meio da emissão do "TERMO DE RECEBIMENTO DA OBRA", firmado pelas partes interessadas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES AO RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO**

O não cumprimento de quaisquer das obrigações assumidas neste instrumento, pelo **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO**, implicará na sua rescisão automática e sua substituição imediata, sem prejuízo da imposição de pena de multa de 10%(dez por cento) sobre os valores recebidos, corrigidos monetariamente e com a aplicação de juros de 12% a.a. (doze por cento ao ano), sobre o valor apurado, sem prejuízo das perdas e danos causados.

#### **CLÁUSULA ONZE – DAS OBRIGAÇÕES DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**

A **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO** se compromete a:

- I. Repassar os recursos apontados nos itens "i.2", "i.4" e "i.6" efetivamente recebidos do **MUNICÍPIO, ENTIDADE ORGANIZADORA** e da Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, sempre de acordo com a realização do cronograma físico-financeiro que é parte integrante deste Instrumento (anexo 2) e mediante solicitação da **ENTIDADE ORGANIZADORA**, acompanhado do relatório de medição de obras, elaborado por profissional inscrito no **CREA**.
- II. Proceder, inclusive por meio de seus correspondentes, quando julgar necessário, à vistoria das obras de construção da unidade habitacional, aqui contratada, sem que isso configure a assunção de qualquer responsabilidade a esse título.
- III. Incluir o **BENEFICIÁRIO** no Cadastro Nacional de Mutuários – CADMUT.

#### **CLÁUSULA DOZE – DAS OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ORGANIZADORA**

São obrigações da **ENTIDADE ORGANIZADORA**:

- I. Efetuar aporte de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por unidade habitacional, como contrapartida, conforme cronograma físico – financeiro que deste faz parte integrante (anexo 2);
- II. Auxiliar o **MUNICÍPIO** na redução do custo de implantação das redes de abastecimento de água e esgotamento sanitário junto a Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, bem como na elaboração dos respectivos projetos;
- III. Auxiliar o **MUNICÍPIO** na obtenção da redução de custo com o padrão de entrada de energia junto a COPEL, bem como na elaboração dos respectivos projetos;
- IV. Elaborar quando solicitado o projeto urbanístico e de implantação;
- V. Permitir a utilização pelo **MUNICÍPIO** dos seus projetos habitacionais padrões;

*Verônica*

- VI. Orientar e fiscalizar a execução das moradias;
- VII. Para cumprimento de suas atribuições, a **ENTIDADE ORGANIZADORA** poderá formalizar termos de cooperação e convênios com terceiros;
- VIII. Coordenar, juntamente com os beneficiários, a constituição de Comissão de Acompanhamento de Obras, composta por 2 (dois) beneficiários titulares, 2 (dois) suplentes e 1 (um) representante do **MUNICÍPIO**.

#### **CLÁUSULA TREZE – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

Incumbe ao **MUNICÍPIO**:

- I. Desenvolver as atividades de planejamento, elaboração, implementação do empreendimento, regularização da documentação, organização de grupos, acompanhamento da contratação;
- II. Efetuar a infraestrutura do empreendimento, que constará de:
  - Vias de acesso em condições de tráfego de veículos;
  - Sistema de abastecimento de água;
  - Solução de esgotamento sanitário;
  - Energia elétrica e iluminação pública;
- III. Coordenar a participação de todos os envolvidos na execução do empreendimento, de forma a assegurar sincronia e harmonia na implementação do projeto;
- IV. Prestar assistência jurídico administrativa aos Beneficiários, apresentando as informações e esclarecimentos necessários à obtenção da Subvenção Econômica, suas condições e finalidade;
- V. Promover a legalização do empreendimento perante os órgãos competentes, notadamente no que diz respeito à averbação da construção e individualização das unidades, se for o caso, obrigando-se, inclusive, no que diz respeito às condições de habitabilidade;
- VI. Integralizar a contrapartida, através de recursos financeiros, bens ou serviços economicamente mensuráveis, descritos e pormenorizados nos itens "1.3" e "1.4" do Anexo I – Quadro Resumo;
- VII. Promover a regularização fundiária do imóvel ora contratado, e seu respectivo registro, nos termos das Seções I, II, III, IV e V, do capítulo III, da lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009 e na lei 10.257, de 10 de julho de 2001, sendo certo que a **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/ AGENTE FINANCEIRO** fica, desde já, isenta de qualquer responsabilidade a esse título;
- VIII. Responsabilizar-se, o **MUNICÍPIO** – seja ele ou não o proponente – pela segurança, guarda e manutenção das unidades habitacionais, até sua efetiva entrega ao beneficiário, tomando providências imediatas, ainda que junto ao Poder Judiciário, em caso de turbacão, invasão, esbulho, depredação, dentre outros atos ilícitos praticados por terceiros, para pronta solução dos eventos, indenizando os prejuízos a que sua inércia venha a dar causa;
- IX. Emitir o "habite-se ou documento equivalente, em até 30(trinta) dias contados de data de conclusão das obras;

#### **CLÁUSULA QUATORZE – DAS OBRIGAÇÕES DO BENEFICIÁRIO:**

O **BENEFICIÁRIO** se compromete a:





- I. Apresentar os documentos solicitados.
- II. Participar de reunião com os demais selecionados, a ser promovida pelo **MUNICÍPIO**, com a finalidade exclusiva de constituir a "**COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS**", composta de no mínimo dois membros titulares e dois membros suplentes indicados pelos beneficiários e um membro indicado pelo **MUNICÍPIO**, para a seleção da(o) **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO**.
- III. Participar das Assembleias de beneficiários, para tratar dos assuntos inerentes ao PMCMV.
- IV. Comparecer, quando convocado(a), à vistoria de entrega do imóvel, assinando a Declaração de Entrega pertinente.

#### **CLÁUSULA QUINZE – DAS VEDAÇÕES AO BENEFICIÁRIO:**

É vedado ao **BENEFICIÁRIO**, na vigência deste pacto:

- a) Ceder, alienar ou arrendar, de qualquer forma, no todo ou em parte, o imóvel objeto deste contrato, ou os direitos e obrigações decorrentes deste instrumento;
- b) Constituir ônus reais sobre o imóvel objeto deste instrumento;
- c) Deixar de apresentar, quando solicitado pelo **MUNICÍPIO**, recibos de pagamento dos tributos e encargos que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel objeto deste instrumento;
- d) Cometer falsidade em qualquer declaração feita perante o **MUNICÍPIO, ENTIDADE ORGANIZADORA** ou a **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**, notadamente as efetuadas para sua inclusão no PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA.

#### **CLÁUSULA DEZESSEIS – DA OUTORGA DO MANDATO**

Em caso de desídia, inexecução parcial ou total ou má prestação de serviços por parte da(o) **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO**, qualificada(o) no item "d" do Anexo I – Quadro Resumo, o **BENEFICIÁRIO** nomeia a **ENTIDADE ORGANIZADORA** sua procuradora, até a conclusão da obra, outorgando-lhe poderes para promover a substituição da(o) **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO**, no curso da obra, tantas vezes quantas forem necessárias para sua conclusão, sem que isso implique em qualquer tipo de repactuação ou qualquer ônus adicional para a **ENTIDADE ORGANIZADORA**.

#### **CLÁUSULA DEZESSETE – DAS DECLARAÇÕES**

Declara o **BENEFICIÁRIO** que:

- a) Responde, sob penas da lei, pela autenticidade dos documentos e veracidade das informações constantes no item "e" do Anexo I – Quadro Resumo, bem como das declarações firmadas e apresentadas para instrução do procedimento do Programa Minha Casa Minha Vida, estando ciente de que sua desconstituição implicará na rescisão automática deste Instrumento, exclusão do programa e acarretará na devolução da totalidade das subvenções concedidas destinadas à produção do imóvel, sob pena de inscrição na dívida ativa da União, sem prejuízo das penalidades previstas em lei.
- b) Sua renda familiar mensal não ultrapassa, no ato desta contratação, o valor de R\$1.600,00 (mil e seiscentos reais);

*V. L. L.*

- c) Não é proprietário, cessionário, arrendatário, promitente comprador ou beneficiário de imóvel residencial em qualquer localidade do país, bem como não se beneficiou, a qualquer época com subsídios oriundos dos recursos orçamentários da União, ou com descontos habitacionais concedidos com recursos do FGTS, destinados a aquisição de unidade habitacional, exceto quando for o lote objeto de operação;
- d) Tem pleno conhecimento do projeto e memorial contendo as características da unidade habitacional ora contratada;
- e) Está ciente de que, se der causa à ineficácia do presente (em caso de desistência, transferência de domicílio residencial, não localização, etc.), seu registro no CADMUT será mantido, ficando impedido de usufruir de benefícios análogos em outros programas federais de habitação.
- f) Todas as perguntas e dúvidas quanto ao objeto e condições do presente foram prévia e devidamente esclarecidas;

#### **CLÁUSULA DEZOITO – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS**

Desde que efetivamente recebida do Ministério das Cidades, da **ENTIDADE ORGANIZADORA** e do **MUNICÍPIO**, e condicionado ao efetivo cumprimento do estabelecido no *caput* desta cláusula, pelo **MUNICÍPIO**, a somatória dos recursos financeiros mencionados nas alíneas “i.2”, “i.4” e “i.6” do Anexo I – Quadro Resumo serão liberados, diretamente à empresa construtora ou a quem lhe faça as vezes, sempre de acordo com o cronograma físico-financeiro da obra.

§1º - Na forma do disposto no item 3.1.1 do Anexo I da Portaria Interministerial MP/MF/MCD n.º 152/2012, o pagamento da primeira parcela de subvenção econômica somente será realizada mediante comprovação expressa pelo **MUNICÍPIO**, de que o terreno para a construção das unidades habitacionais e a contrapartida por esse(s) oferecida(s), estão devidamente assegurados.

§2º - O **MUNICÍPIO** e a **ENTIDADE ORGANIZADORA** se comprometem a fiscalizarem a aplicação dos recursos mencionados no parágrafo anterior, de acordo com o cronograma físico-financeiro, devendo, para tanto, acompanharem todas as medições das obras realizadas e sempre manifestando concordância por escrito, a cada pedido de repasse de recursos à **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO**.

§3º - A última parcela do cronograma físico-financeiro não poderá ser inferior a 10%(dez por cento) do valor da subvenção federal e será liberada somente após a apresentação da Declaração de Conclusão da Obra com foto e do respectivo “Termo de Recebimento da Unidade Habitacional”, devidamente assinado pelo beneficiário, pelo **MUNICÍPIO**, e pela **ENTIDADE ORGANIZADORA**.

§4º - Ocorrendo atraso no andamento da construção, os valores das parcelas poderão permanecer bloqueados, total ou parcialmente, até o cumprimento da etapa prevista, podendo ser exigida a revisão do cronograma físico-financeiro, visando sua readequação e/ou reescalonamento das parcelas, hipótese em que o novo cronograma passará também a fazer parte integrante deste documento.

§5º - Detectada qualquer irregularidade nas obras, a **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO** somente efetuará a liberação dos recursos correspondentes, mediante a apresentação da prova da correção da ocorrência através de relatório específico, elaborado pela **ENTIDADE ORGANIZADORA** e endossado pela Comissão de Acompanhamento de Obras.

§6º - As liberações serão feitas, diretamente à empresa construtora, por meio de depósito em conta bancária, por ela aberta para essa finalidade específica, podendo a **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO** solicitar o extrato da referida conta, bem como todas as



informações que se fizerem necessárias para o acompanhamento da correta aplicação dos recursos do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV.

§7º - Para as liberações previstas nesta cláusula, a Comissão de Acompanhamento de Obras deverá encaminhar solicitação à **ENTIDADE ORGANIZADORA**, que providenciará relatório de medição elaborado por profissional habilitado e regularmente inscrito no CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA – CREA, para que esta as solicite à **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/ AGENTE FINANCEIRO**.

#### CLÁUSULA DEZENOVE – DISPOSIÇÕES GERAIS

PARÁGRAFO ÚNICO – Para as situações de reposições de unidades, compreendidas na modalidade isolada, o **MUNICÍPIO** e o **BENEFICIÁRIO** se comprometem com a demolição da unidade atual até o final da construção da nova unidade habitacional, sob pena, por parte do **BENEFICIÁRIO**, de ressarcimento do valor total do investimento da unidade habitacional, descrito na alínea “i7” do Anexo I – Quadro Resumo acrescido de 10% (dez por cento), atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC, a ser recolhida aos cofres da **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/ AGENTE FINANCEIRO**, para devolução ao Ministério das Cidades e à **ENTIDADE ORGANIZADORA**.

Nada mais havendo a tratar, firmam as partes o Anexo I – QUADRO RESUMO, que deste faz parte integrante para todos os efeitos legais.

*Handwritten signature*

*Handwritten signature and number 499*

**ANEXO I – QUADRO RESUMO – CONTRATO INDIVIDUAL DE BENEFICIÁRIO NO ÂMBITO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA**

a) **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/AGENTE FINANCEIRO** – Cooperativa Central De Crédito Rural Com Interação Solidária - **CENTRAL CRESOL BASER**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.401.771/0001-53, sediada na Rua Nossa Senhora da Glória, 52 A – Bairro Congo, CEP 85.604-090 Francisco Beltrão, Estado do Paraná, neste ato representada na forma de seu Diretor Presidente, Sr. Vanderley Ziger, portador da cédula de identidade RG nº 4.178.812-7e inscrito no CPF sob nº 847.101.019-49 e pelo seu Diretor Financeiro, Sr. Alzimiro Thomé, portador da cédula de identidade RG nº 4.332.841-7e inscrito no CPF sob nº 589.434.559-68.

b) **MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA**, inscrito no CNPJ sob o n.º 77.774.867/0001-29, sediado na Praça Francisco de Assis Reis, 1060 - CEP 85540-000, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. Albari Guimorvan Fonseca dos Santos, portador da cédula de identidade RG nº 3.744.740-4/PR e inscrito no CPF/MF sob o n.º 545.849.579-91,

c) **ENTIDADE ORGANIZADORA- Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.592.807/0001 – 22, sediada na Rua Marechal Deodoro, 1133, Centro – Curitiba/PR – CEP 80060 – 010, neste ato representada na forma de seu Diretor Presidente, Sr. Mounir Chaowiche, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 2.082.899 – 4/PR e inscrito no CPF sob nº 394.463.109 – 97 e pelo seu Diretor de Programas e Obras, Sr. Luciano Valerio Bello Machado, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 2.158.649 – 8/PR e inscrito no CPF sob nº 435.041.169 – 00.

d) **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO – Incorporadora e Construtora Constrim Ltda – CONSTRIM ENGENHARIA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.422.838/0001 – 03 , com sede na Rua Professor Flaviano de Melo, nº 272, sala 3, Centro – Mogi das Cruzes/SP – CEP 08710-620, representada na forma de sua Sócia – Administradora, Sra. Sheila de Souza Cotrim, portadora da cédula de identidade RG nº 28.405.346 – 6 SSP/SP e inscrita no CPF sob nº 261.087.108 – 29.

e) **BENEFICIÁRIO(A)** – Veroni de Jesus da Silva, unida estavelmente, portador(a) do documento de identificação RG n.º 9.087.054-8 SESP/PR e inscrito(a) no CPF/MF sob o n.º 073.703.989-27; **CÔNJUGE** – Luiz Carlos de Candido, portador(a) do documento de identificação RG n.º 9.087.619-8 SESP/PR e inscrito(a) no CPF/MF sob o n.º 881.549.479-00, neste ato representada a rogo, pela Sra. VERONI DE JESUS DA SILVA, portadora do documento de identificação RG nº 9.087.054-8 SSP/PR e inscrito no CPF sob o nº 073.703.989-27..

f) **IMÓVEL OBJETO DESTES INSTRUMENTOS** – Unidade Habitacional (isolada) discriminada no memorial descritivo, projeto arquitetônico e projetos complementares que fazem parte do dossiê técnico desta operação, pertencente ao (à) beneficiário(a) discriminado(a) no item “e” deste anexo.

g) **PRAZO PARA ENTREGA DA UNIDADE HABITACIONAL:** 12 Meses

h) **COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS (VALORES):**

i) **CONTRAPARTIDA**

h1. Terreno	R\$ 500,00	h6. Proteção, contenção e estabilização do solo	R\$ 100,00	i1. Contrapartida Bens/ Serv. (Estado)	R\$ 0,00
h2. Projeto	R\$ 0,00			i2. Contrapartida financeira (Estado)	R\$ 5.000,00
h3. Assistência Técnica	R\$ 0,00	h7. Infraestrutura	R\$ 200,00	i3. Contrapartida Bens/ Serv. (Município)	R\$ 1.000,00
h4. Terraplanagem	R\$ 100,00	h8. Edificação	R\$ 30.000,00	i4. Contrapartida financeira (Município)	R\$ 0,00
h5. Serviços Preliminares	R\$ 0,00	h9. Trabalho Social	R\$ 100,00	i5. Total da contrapartida	R\$ 6.000,00
				i6. Subvenção	R\$ 25.000,00
h10. Composição do Investimento (h1+h2+...+h9)	R\$ 31.000,00			i7. Valor Investimento Total (i5+i6)	R\$ 31.000,00

*Veroni*

*300*

j) **DA OUTORGA DE MANDATO:** o(a) **BENEFICIÁRIO(A)** nomeia a **ENTIDADE ORGANIZADORA** sua procuradora, até a conclusão da obra, outorgando-lhe poderes, uma vez constatada das hipóteses mencionadas na cláusula dezesseis do instrumento principal para promover a substituição da(o) **RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO**, durante sua execução, tantas vezes quantas forem necessárias para seu término, sem que isso implique em qualquer tipo de repactuação, responsabilidade ou qualquer ônus adicional para a **ENTIDADE ORGANIZADORA**.

l) **DO FORO:** Fica eleito o foro do lugar do imóvel para dirimir eventuais questões deste oriundas.

Por estarem justos e acordados, assinam o presente em 5(cinco) vias, de igual teor e para um só efeito, depois de lido e achado conforme, na presença das testemunhas abaixo:

Mangueirinha, 11 de dezembro de 2012

**COHAPAR**  
Companhia de Habitação do Paraná

  
MOUNIR CHAOWICHE  
DIRETOR PRESIDENTE

**MOUNIR CHAOWICHE**  
Diretor – Presidente da COHAPAR

**ALBARI GUIMORVAN FONSECA DOS SANTOS**  
Prefeito Municipal de MANGUEIRINHA

**COHAPAR**  
Companhia de Habitação do Paraná

  
LUCIANO VALERIO BELLO MACHADO  
DIRETOR DE PROGRAMAS E OBRAS

**LUCIANO VALERIO BELLO MACHADO**  
Diretor de Programas e Obras - COHAPAR

**VANDERLEY ZIGER**  
Diretor – Presidente - CENTRAL CRESOL BASER

  
**SHEILA DE SOUZA COTRIM**  
Sócia – Administradora - CONSTRIM ENGENHARIA

**ALZIMIRO THOMÉ**  
Diretor – Financeiro - CENTRAL CRESOL BASER

503  
2012

*Veroni de Jesus da Silva*

**VERONI DE JESUS DA SILVA**  
Beneficiário(a)



**LUIZ CARLOS DE CANDIDO**  
Cônjuge

*Veroni de Jesus da Silva*

**VERONI DE JESUS DA SILVA**  
Rogada

*f*  
**TESTEMUNHA 1**

**NOME:** *Reizane F. dos Santos*  
**CPF:** *390.341.158-63*

*Martins*  
**TESTEMUNHA 2**

**NOME:** *Beatriz Svarulo Martins*  
**CPF:** *037.966.419-46*

**ANEXO II – CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO DA OBRA**

Obra Desenvolvimento Físico	0%	15%	40%	65%	100%
Desembolso Financeiro Contrapartida - COHAPAR	R\$ 1.250,00	+ R\$ 1.250,00 R\$ 2.500,00	+ R\$ 1.250,00 R\$ 3.750,00	+ R\$ 1.250,00 R\$ 5.000,00	-
Desembolso Financeiro Contrapartida – Município	25%	+25% 50%	+25% 75%	+25% 100%	-
Desembolso Financeiro Subvenção Federal - MCidades	R\$ 3.750,00	+ R\$ 6.250,00 R\$ 10.000,00	+ R\$ 6.250,00 R\$ 16.250,00	+ R\$ 6.250,00 R\$ 22.500,00	+ R\$ 2.500,00 R\$ 25.000,00

*[Handwritten signature]*